



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

RESOLUÇÃO Nº 16/2018/CS – IFB

Aprova as alterações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

O Conselho Superior do INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA- IFB e o Presidente do Conselho Superior do IFB, nomeado pelo Decreto de 05 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 06 de maio de 2015, em observância ao disposto no §1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e em conformidade com o art. 8º e art. 12 do Estatuto do IFB, publicado no D.O.U nº 168, de 02 de setembro de 2009 e alterado conforme a terceira fase da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, realizada em 24 de maio de 2016;

CONSIDERANDO o artigo 23 do Regimento Geral do IFB;

CONSIDERANDO o que consta o processo nº 23508.000028.2017-98;

CONSIDERANDO a decisão da 47ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFB, realizada no dia 20 de fevereiro de 2018.

No uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E:**

Art. 1º. Aprovar as alterações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília - DF, 25 de abril de 2018.

Original Assinado

WILSON CONCIANI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

CAMPUS BRASÍLIA

PROJETO PEDAGÓGICO

BRASÍLIA-DF

2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

WILSON CONCIANI

Reitor

ADILSON CÉSAR DE ARAÚJO

Pró-Reitor de Ensino

RODRIGO MENDES

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

GIANO COPETTI

Pró-Reitor de Extensão

LUCIANA M. MASSUKADO

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

PHILIPPE TSHIMANGA KABUTAKAPUA

Diretor-Geral do *Campus Brasília*

ROSANE CAVALCANTE DE SOUZA

Diretora de Ensino

MARIA MARCLANE BEZERRA VIEIRA

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Núcleo Docente Estruturante:

Portaria No 1876 de 21 de julho de 2016. CBRA/IFB.

Katia Guimarães Sousa Palomo - SIAPE 1344542 - Presidência

Elias Vieira de Oliveira - SIAPE 2483073

Flávia Furtado Rainha Silveira - SIAPE 2107058

Maria Marclane Bezerra Vieira - SIAPE 1901104

Docentes Colaboradores:

André Luiz Dias - SIAPE 134102

Bruno da Rocha Braga - SIAPE 1956529

Bibiani Borges Dias - SIAPE 1830507

Cleide Mendes da Silva - SIAPE 1511647

Elizângela dos Santos Alves da Silva - SIAPE 2099633

Fabiana Carvalho da Silva Bispo - SIAPE 2099429

Jaqueline da Silva Thomazine - SIAPE 1957344

Juliana Quirino Silva Alcântara - SIAPE 1830507

José Wagner Marques Raulino - SIAPE 1055544

Magno Alves de Oliveira¹ – SIAPE 1625607

Josué de Sousa Mendes - SIAPE 1798864

Neli Terezinha Silva - SIAPE 1545435

Paula Petracco - SIAPE 1799540

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha - SIAPE 1306647

Philippe Tshimanga Kabutakapua - SIAPE 1800144

Rosane Cavalcante de Souza - SIAPE 712978

¹O agradecimento do NDE pelo auxílio imprescindível no cálculo da hora-média dos Docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	8
1.1 INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA: <i>CAMPUS</i> BRASÍLIA	8
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
2 HISTÓRICO.....	10
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ATENDIDA.....	10
2.2 O INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	11
2.3 DO CURSO.....	12
3 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	13
4 OBJETIVOS.....	16
4.1 OBJETIVO GERAL	16
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	17
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	17
7 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO.... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
8 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	18
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	20
9.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	20
9.2 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS	21
9.3 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS	21
9.4 GRADE CURRICULAR	23
9.4.1 CARGA HORÁRIA DE CADA ETAPA	25
9.4.2 OFERTA DE COMPONENTE LIBRAS	25
9.5 GRADE CURRICULAR COM PRÉ-REQUISITOS.....	25
9.6 FLUXOGRAMA DE COMPONENTES CURRICULARES	26
9.7 MOBILIDADE ACADÊMICA.....	28
9.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	28
9.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	29
9.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	30
9.11 INTEGRALIZAÇÃO, TRANCAMENTO E ABANDONO DO CURSO	31
9.11.1 DA INTEGRALIZAÇÃO.....	31
9.11.2 DO TRANCAMENTO.....	31
9.11.3 DO ABANDONO DO CURSO.....	32
9.11.4 REGIME DE MATRÍCULA	32
9.12 CERTIFICAÇÃO FINAL	33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

10 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	33
10.1 AVALIAÇÃO DE DISCENTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	35
10.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	35
10.3 EXAME DE PROFICIÊNCIA	36
11 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	36
11.1 BIBLIOTECA.....	38
11.1.1. INFRAESTRUTURA	38
11.1.2. ACERVO E SUA ATUALIZAÇÃO.....	39
11.2 ACESSIBILIDADES	39
12 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40
12.1 INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E CONSULTIVAS	40
12.1.1 <i>Núcleo Docente Estruturante</i>	40
12.1.2 <i>Coordenação do Curso</i>	40
12.1.3 <i>Colegiado do Curso</i>	41
12.2 PERFIL DOCENTE DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA..	42
12.3 PERFIL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	44
12.4 PREVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR COMPONENTES CURRICULARES	45
13 DIPLOMAS E CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.....	48
14 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	48
15 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	49
16 DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	50
16.1 DA ADESAO À NOVA GRADE CURRICULAR	50
16.2 DO PERÍODO DE REVISÃO CURRICULAR.....	52
17 REFERÊNCIAS	53
ANEXO 1 – COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO SUPERIOR DE	
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	54
ANEXO 2 - AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC ..	91
ANEXO 3 - ATA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE	
CURSO	92
ANEXO 4 – TABELA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	93
ANEXO 5 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
.....	94
ANEXO 6 - TERMO DE ADESAO À NOVA MATRIZ CURRICULAR.....	95
ANEXO 7 – RELATÓRIO DE IMPACTO.....	96



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação Candidatos por Vaga no curso de TGP	14
Quadro 2 - Matriz Curricular	22
Quadro 3 - Componentes com Pré-Requisitos	23
Quadro 4 - Instalações do Campus Brasília	32
Quadro 5 - Outras estruturas importantes e específicas do Campus Brasília	33
Quadro 6 - Laboratórios de informática do Campus Brasília	33
Quadro 7 – Docentes atuantes no Curso de Gestão Pública	36
Quadro 8 – Servidores técnicos-administrativos	37
Quadro 9 - Previsão de Distribuição de Docentes por Componentes Curriculares ...	38
Quadro 10 - Quadro de Equivalência	43
Quadro 11 - Quadro de salas ociosas no campus Brasília	80
Quadro 12 - Comparativo de carga horária por docente no CST em Gestão Pública entre o PPC atual (em vigência) e o PPC proposto.	82
Quadro 13 - Acervo dos livros relacionados nas Bibliografias Básica e Complementar e a Necessidade de aquisição	84



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso – PPC é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CSTGP ofertado no *Campus* Brasília do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Nele, estão definidos a concepção do curso, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, a estrutura curricular, os integrantes do corpo docente e do técnico-administrativo, a infraestrutura disponível, enfim, todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

Fruto de discussões e estudos realizados pelos docentes do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, embasado pelas sugestões e necessidades apontadas por estudantes do curso, por representantes do mundo do trabalho, além da atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do referido curso, o PPC ora apresentado pretende ser o fio condutor da formação dos profissionais que desejam atuar na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, colaborando para uma eficaz Gestão Pública.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Instituto Federal de Brasília: *Campus Brasília*

Mantenedor: **Ministério da Educação**

Nome de Fantasia: **MEC**

CNPJ: **00.394.445/0124-52**

Instituição: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**

CNPJ: **10.791.831/0001-82**

Razão Social: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**

Nome de Fantasia: **IFB**

Campus: **Brasília**

Esfera: **Administrativa Federal**

Categoria: **Pública Federal**

Endereço: **SGAN 610, Módulos D, E, F e G**

Cidade: **Brasília**

UF: **DF**

CEP: **70830-450**

Telefone: **(61) 2193-8050**

E-mail de contato: **cdtgp.cbra@ifb.edu.br**

Sítio do Campus: www.ifb.edu.br/brasilia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.2 Dados de Identificação do Curso

Denominação: **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.**

Eixo Tecnológico: **Gestão e Negócios.**

Nível e Titulação: **Graduação**

Habilitação: **Tecnólogo(a) em Gestão Pública.**

Turno: **Vespertino e Noturno.**

Modalidade: **Presencial.**

Carga Horária Total: **1470 hrs + 160 hrs (Atividade complementar) = 1630 horas.**

Período de Integralização: **Período mínimo de 2,5 anos e máximo de 5 anos.**

Formas de Ingresso: **Processo Seletivo SISU;**

Edital de Transferência Externa e Portador de Diploma;

Edital de Transferência Interna – Mobilidade.

Periodicidade Letiva: **Semestral.**

Número de discentes por turma: **45**

Quantidade de turmas por semestre: **2 no período vespertino e 2 no período noturno**

Quantidade de alunos por ano: **360**

Atividades Complementares: **160 h.**

Regime de Matrícula: **Regime por Componentes Curriculares²**

Ato autorizativo: **Resolução IFB nº 020 /2012 - Processo nº 23098.000349/2012-57.**

²Regime de matrícula definido a partir das orientações constantes na Resolução No. 27/2016 CS-IFB, Art 9º, II, § 2º que afirma: “O regime por Componentes Curriculares caracteriza-se pela matrícula em Componentes Curriculares independentes, observados os pré-requisitos necessários e constantes no PPC”. Esclarecimentos maiores serão apresentados no item: 9.12. Regime de Matrícula e as 9.13. Certificações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2 HISTÓRICO

2.1 Caracterização da Região atendida

O *Campus* Brasília do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília está situado na Região Administrativa do Plano Piloto que integra o grupo das 31 regiões administrativas do Distrito Federal.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios PDAD-2013/2014³ desenvolvida pela Companhia de Planejamento do Governo do Distrito Federal (CODEPLAN) apresenta informações segmentadas por Região Administrativa que são de suma importância ao planejamento regional e definição estratégica de ações e programas de governo, permitindo identificar situações de desigualdades sociais e econômicas, de carências pela prestação de serviços públicos e de infraestrutura, que requerem a efetiva presença e atenção por parte do Estado.

O Distrito Federal, de acordo com a pesquisa (CODEPLAN, 2014), possui uma dinâmica considerável de geração de postos de trabalho, mas ainda insuficiente para o atendimento da demanda crescente de trabalhadores residentes nas regiões administrativas e nos municípios que compõem a área metropolitana. A pesquisa evidencia a predominância da administração pública, comércio e serviços em geral na oferta de vagas, uma modesta participação da indústria e uma ainda menor participação da agropecuária. No Distrito Federal, a Região Administrativa do Plano Piloto é responsável pela oferta do maior número de postos de trabalho.

Segundo a PDAD-2013/2014 (CODEPLAN, 2014), há um elevado grau de diferenciação existente entre Regiões Administrativas não só pelos padrões de renda, pelas condições e tamanho das áreas residenciais, pela posse de bens de consumo, bem como as condições de habitabilidade dos domicílios, sendo que tais diferenciações estão correlacionadas com os padrões de rendimento das famílias.

Ressalta-se que o Distrito Federal possui um comportamento demográfico bastante dinâmico, com ênfase para a taxa de natalidade e migração, não apenas as relacionadas aos movimentos diários, mas em relação aos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF).

Segundo a pesquisa supramencionada, há um aumento nos padrões de escolaridade no período entre 2011 e 2013, entre pessoas com nível superior, incluindo a formação com curso de especialização, mestrado e doutorado.

³COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. Pesquisa de Amostra por Domicílios 2013. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>. Acessado em: 18 de jul. 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estudo sobre a população, renda e ocupação apresentado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (COMPANHIA, 2015)⁴, apresenta mais um pouco do cenário no qual o Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília atua.

O Distrito Federal [...] revela-se um território profundamente desigual nos vários aspectos abordados.

A distribuição da população está fortemente concentrada na porção centro-oeste de seu território, com mais de 60% cerca de seus habitantes (1,7 milhão de pessoas) dispostos em menos de 10% de sua área territorial.

Quanto à distribuição espacial da renda, observa-se uma profunda desigualdade, com duas Unidades de Planejamento Territorial apresentando uma elevadíssima renda domiciliar per capita e outras quatro com rendimento muito inferior.

Por fim, talvez a maior distorção seja a identificada na distribuição dos postos de trabalho, com uma única Região Administrativa, o Plano Piloto, respondendo por quase metade das ocupações geradas.

A sociedade brasiliense está absolutamente convencida e consciente da necessidade de proposições e ações, não só governamentais, mas também de segmentos da própria sociedade civil, como o setor empresarial e as instituições de ensino e pesquisa, no sentido de reverter tais números e erigir uma economia mais equilibrada e uma sociedade mais equânime (COMPANHIA, 2015, p. 10).

Nesse contexto, o papel de apoio ao desenvolvimento regional e social do Instituto Federal de Brasília, *Campus Brasília* se destaca à medida que possibilita à sociedade a oferta de curso de formação profissional para o atendimento às demandas e necessidades regionais.

2.2 O Instituto Federal de Brasília

O Instituto Federal de Brasília é oriundo da Escola Técnica Federal de Brasília que foi criada pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 e possuía a finalidade de ofertar formação profissional técnica de nível médio. Em dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892/2008, esta escola foi transformada em Instituto Federal de Educação,

⁴COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. População, Renda e Ocupação nas Unidades de Planejamento Territorial. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/Estudos/2015/ESTUDO_SOBRE_UPT.pdf. Acessado em: 18 de jul. 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ciência e Tecnologia de Brasília, ou também conhecido como Instituto Federal de Brasília (IFB), passando a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada também pela mesma lei.

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pela associação dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos CEFET de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II (MINISTÉRIO, 2012).

O Instituto Federal de Brasília iniciou suas atividades a partir do *Campus Planaltina*, antigo Colégio Agrícola. Em seguida foram criados os cargos que deram origem aos *Campus Brasília*, Taguatinga, Samambaia e Gama por meio da Lei nº 11.740, que criou os cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às Instituições Federais de Ensino Superior e de Educação Profissional e Tecnológica.

A partir desse momento, a gestão do recém-criado Instituto Federal de Brasília inicia a busca da efetivação dos terrenos a serem doados pelo Governo do Distrito Federal - GDF para a instalação dos futuros *campi*.

Enquanto tramitavam as doações na esfera do GDF e da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento – SPU/MP, foram cedidas, pelo GDF, instalações provisórias que possibilitaram o funcionamento precário dos referidos *campi*.

O *Campus Brasília* inicia no ano de 2011 as suas atividades de ensino na Região Administrativa de São Sebastião por meio de acordo de cooperação entre as escolas do GDF e instala-se administrativamente na Asa Norte ainda.

Somente em meados de 2012, o *Campus* localizado na SGAN 610, Módulos D, E, F e G passa ser ocupado e utilizado pelos servidores da reitoria e do Campus Brasília, bem como os estudantes ainda em instalações precárias e provisórias.

No ano de 2017, a situação de infraestrutura do Campus ainda se encontra incompleta, faltando as conclusões das obras do ginásio poliesportivo que permitirá a realização de atividades de educação física e desportivas, da biblioteca central do Instituto Federal de Brasília, bem como do auditório e dos demais estacionamentos.

2.3 Do Curso

De acordo com o ato autorizativo de funcionamento Resolução no. 20/2012 Conselho Superior em 22 de junho de 2012, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Brasília teve início no segundo semestre de 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Desde seu início até junho de 2016, a oferta do curso ocorria exclusivamente no turno noturno. Com a demanda elevada por vagas e a necessidade do cumprimento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal de Brasília, no ano de 2010, o colegiado da Área de Gestão e Negócios decidiu por ofertar a partir do segundo semestre de 2016 uma nova turma também no turno vespertino.

A necessidade de ampliar a relação do curso com o mundo do trabalho, principalmente no setor governamental, levou servidores, docentes e estudantes da área de Gestão e Negócios a planejarem e executarem, em setembro de 2015, a Jornada de Gestão Pública – JOGEP, que contou com a participação de estudantes de todos os cursos da Área de Gestão e Negócios promovendo a integração com estudantes e docentes de outras áreas do Campus que atuaram diretamente na execução do evento.

Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus Brasília* pretende contribuir com a formação de profissionais para atuarem nas diferentes esferas e segmentos da Gestão Pública, tendo em vista a necessidade de elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento econômico e social, além da consequente diminuição das desigualdades.

Cabe destacar que este curso é ofertado em nove Instituições de Educação Superior do Distrito Federal. No entanto, apesar do quantitativo de Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Pública no DF, a missão social, a infraestrutura, a acessibilidade e a qualidade dos seus docentes têm feito com que o presente curso seja reconhecido pela comunidade interna e externa, o que é o diferencial em relação aos demais.

3 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A gestão das organizações públicas tem se mostrado cada vez mais limitada diante da complexidade das atividades desenvolvidas, especialmente aquelas direcionadas ao atendimento das demandas sociais. A incorporação contínua de novas tecnologias e estratégias de gestão na busca por maior qualidade nos serviços públicos demandam uma administração voltada para resultados, cujo objetivo básico é a melhoria do desempenho das organizações públicas, que considere o cidadão como detentor de direito de receber serviços públicos deficientes e eficazes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Assim, fazem-se necessárias ações que possibilitem o aperfeiçoamento dos profissionais que atuarão na área, buscando o atendimento às peculiaridades que envolvem a produção de bens e a prestação dos serviços públicos.

Para além desses desafios, a Audiência Pública realizada pelo IFB em 2009 reafirmou a prioridade na formação de profissionais para atuarem no setor governamental, dada a peculiaridade de Brasília ser a sede administrativa do país, onde se concentram os órgãos dos três poderes.

A oferta do presente curso na cidade de Brasília assume papel primordial em face do significativo número de organizações públicas existentes.

O PIB-DF de 2013, divulgado em 2015 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal em parceria com o IBGE, aponta a cifra de R\$ 62,8 bilhões como resultado da economia local, dos quais 44,4% referem-se à contribuição direta da Administração Pública. Além disso, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal de 2015 apontam que governo (Administração Pública, Defesa e Seguridade Social) é o empregador de cerca de 14,8% da população ocupada (CODEPLAN, 2015).

Segundo dados do Ministério do Planejamento, apenas na esfera do Executivo Federal, constam como quantitativo dos servidores civis ativos 622.663 pessoas, não computados os servidores das demais esferas e poderes de governo. O número de servidores ora apresentado realça a importância do curso na formação e qualificação para atuação nas atividades governamentais (MINISTÉRIO, 2016)

Desde 2013 o Curso Superior de Gestão Pública tem sido um dos mais procurados no IFB, contabilizando, em média, uma concorrência de 53 a 100 candidatos por vaga, segundo dados informados pelo Registro Acadêmico do Campus Brasília. O Quadro 1 apresenta esta relação de candidatos por vaga.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 1 - Relação Candidatos por Vaga no curso de TGP

SEMESTRES	1º. semestre 2016	2º. semestre 2016	1º. semestre 2017
Inscrições no Processo seletivo	7595	9004	4806
Vagas disponíveis	90	90	90
Média de candidatos por vaga no TGP.	85 candidatos/ vaga	100 candidatos/ vaga	53 candidatos/ vaga

Fonte: Registro Acadêmico do Campus Brasília.

Com vistas à demanda de formação desta população que está inserida, presta serviço ou pretende atuar no serviço público é que o *campus* Brasília, por meio do eixo Gestão e Negócios, tem ofertado cursos na área, como o Técnico Subsequente em Serviços Públicos, o Superior em Tecnologia em Gestão Pública e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

A oferta do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública contribui para a formação de pessoas com as competências necessárias à consolidação de uma gestão pública que visa o atendimento das necessidades dos cidadãos, balizada pelos princípios da eficiência, moralidade, impessoalidade, publicidade e legalidade. Ao elevar os níveis de qualificação dos quadros de órgãos públicos, esse tipo de curso auxilia na profissionalização da gestão pública com vistas ao enfrentamento de desafios do desenvolvimento do Brasil.

Portanto, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) passou a considerar a necessidade da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) como uma forma de permitir o amplo acesso de jovens e adultos à construção de competências relacionadas a atuação nesta área. Tais competências possibilitarão a melhoria de processos, a qualidade dos serviços e a incorporação de práticas inovadoras na gestão do setor público.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia-CNCST, os egressos poderão atuar nos seguintes campos: empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; Organizações privadas prestadoras de serviço público. Organizações sem fins lucrativos; Órgãos públicos; Institutos e Centros de Pesquisa; Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Formar profissionais aptos a atuarem em instituições públicas, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, em instituições privadas que atendem a administração pública e em organizações do terceiro setor, no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, contribuindo para a eficiência da gestão pública.

4.2 Objetivos Específicos

- Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Disseminar as regulamentações legais específicas do setor público, com base na participação e no senso de compromisso com a responsabilidade socioambiental.
- Promover uma formação pautada em preceitos éticos, tendo como referência as normas constitucionais e legais da administração, com visão sistêmica e integrada da Gestão Pública.
- Desenvolver, através da pesquisa, o senso crítico em relação à análise dos contextos político, econômico, social, cultural e tecnológico inerentes ao cotidiano do setor público.
- Disseminar a importância de gerir recursos dando ênfase aos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade.
- Estimular intervenções e reflexões sobre a realidade da Gestão Pública e as necessidades da sociedade por meio integração de ações, práticas e conhecimentos com o mundo trabalho e a sociedade.
- Desenvolver competências técnicas e gerenciais sobre processos, tecnologias e sistemas de inovação que viabilizem excelência nos padrões de produtividade.
- Estimular atitudes inerentes ao convívio social pautado no respeito às diversidades, visando o desenvolvimento de equipes, a efetiva comunicação interpessoal e o espírito de liderança e cooperação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública ocorrerá por meio de processo seletivo aberto ao público a saber:

- a) aos candidatos portadores do certificado de conclusão do ensino médio, ou equivalente, para o primeiro semestre do curso, por meio do Sistema Seleção Unificado (SISU/MEC).
- b) aos candidatos regularmente matriculados em outros cursos superiores, por meio da transferência, de acordo com as regras estabelecidas em edital, respeitados os termos do Art. 49 da Lei no 9.394 de 1996⁵.
- c) aos candidatos portadores de diploma de curso superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, de acordo com as regras estabelecidas em edital.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal, em instituições privadas que atendem a administração pública e em organizações do terceiro setor. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação, gerenciamento e avaliação de programas e projetos de políticas públicas, que atendam as demandas sociais orientados por uma consciência cidadã.

Entre tais atividades encontram-se: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e

⁵Lei No. 9.394 de 1996. Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins , na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Entende-se por cursos afins o mesmo entendimento de áreas afins tem como referência as grades de áreas do conhecimento e respectivas subáreas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

segmentos dos processos de gestão e, por fim, avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

7 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

Como eventuais campos de ação profissional encontram-se os órgãos que compõem a administração pública federal, autárquica ou fundacional, estadual, distrital ou municipal são aqui considerados possíveis campos de atuação profissional do egresso. Também compõe o campo de atuação as atividades a serem exercidas em organizações do terceiro setor, bem como, empresas privadas que executam serviços para a administração pública.

Assim, os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estarão aptos a desempenhar um amplo conjunto de atividades, dentre as quais destacam-se:

- direção e assessoramento em atividades de gestão administrativa;
- apoio e atuação nas áreas de: política econômica, controle interno e externo, regulação de mercados e gestão ambiental
- planejamento, formulação e avaliação de políticas públicas; ou
- implementação de projetos públicos.

8 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pelo *Campus Brasília* do IFB obedece ao disposto:

- na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Lei nº 10.814 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- Parecer CNE/CP nº 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológica;
- Portaria MEC nº 2.253 de 18 de outubro de 2001 (DOU 19/10/2001, p. 18, Seção 1), que autoriza as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de componentes que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei no 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria;
- Parecer CNE/CES nº 277/2006, que trata da nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação;
- Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010, que trata sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- Resolução CONAES/INEP nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante – NDE e dá outras providências;
- Resolução 20/2012 – CS/ IFB, que autoriza a oferta do curso tecnólogo em Gestão Pública e aprova seu respectivo projeto pedagógico do curso;
- Decreto-Lei nº. 1.044 de 21 de outubro de 1969 que dispõe sobre tratamento excepcional para os discentes portadores das afecções.
- Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.
- Resolução nº. 027/2016 – CS/IFB, que regulamenta os procedimentos administrativos e a organização didático pedagógica dos cursos de graduação do Instituto Federal de Brasília;
- Parecer: CNE/CES nº. 436/2001, que trata dos Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos;
- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais do sistema federal de ensino.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública contemplará o desenvolvimento de competências profissionais requeridas pelo mundo do trabalho, e em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso. A presente concepção curricular favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

9.1 Princípios Norteadores da Organização Curricular

Os princípios norteadores do curso que compõem a base da construção curricular deste curso são os oriundos da Resolução CNE/CP nº. 3/2002:

- Incentivo ao desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- Incentivo à produção e à inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- Desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- Compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- Promoção da capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- Adoção da flexibilidade, integração de componentes, da contextualização e da atualização permanente do curso e seu currículo;
- Garantia da identidade do perfil profissional de conclusão de curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

9.2 Fundamentos epistemológicos

Esses fundamentos estão propostos no sentido de influenciar o perfil do egresso rumo à formação do profissional. Esse profissional deve atuar no sentido de desenvolver atividades, solucionando problemas cotidianos no setor público, embasados em conhecimentos científicos e tecnológicos. São eles:

- Pesquisa e extensão resultantes de problemáticas relacionadas ao campo de atuação do profissional em formação no CSTGP, de modo a possibilitar a apreensão e a mudança da realidade estudada numa dimensão de contextualização.
- Ciência e tecnologia como sistema de conhecimentos;
- Ciência e tecnologia como atividade dirigida à produção, difusão e aplicação do conhecimento;
- Ciência e tecnologia como instituição social; e
- Ciência e tecnologia como parte integrante de uma concepção científica do mundo.

Propõe-se que o processo de construção do conhecimento seja então concebido como uma atividade problemática de situações reais, de busca de soluções, de análise e discussão, de tomada de decisões, propiciando desse modo o desenvolvimento de habilidades investigativas e o crescimento do indivíduo e do grupo.

9.3 Pressupostos pedagógicos

Os pressupostos pedagógicos devem nortear o processo de ensino-aprendizagem e o processo docente-educativo, tanto no tocante à proposição dos planos de ensino quanto na prática pedagógica.

O processo docente-educativo deve estar pautado na relação de mútuo respeito entre docente e estudante e no reconhecimento das aprendizagens e experiências prévias dos estudantes, sendo estes pré-requisitos para novas aprendizagens.

Como pressupostos pedagógicos aqui se propõe (COMISSÃO, 2000, p. 8-9):

- Aprendizagem ao Longo da Vida – assim, optou-se por trazer um trecho do Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, da Comissão das Comunidades Europeias como forma de melhor descrever e clarificar o que se propõe para o mundo hodierno para se aprender durante uma vida, contínua ou periodicamente:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

(...) assegurar que esses jovens "aprendam a aprender" e que tenham uma atitude positiva relativa à aprendizagem. As pessoas só planejarão atividades coerentes de aprendizagem ao longo das suas vidas se quiserem aprender. E não quererão continuar a fazê-lo se as suas primeiras experiências de aprendizagem tiverem sido mal sucedidas e pessoalmente negativas. Não quererão prosseguir se não lhes forem tornadas acessíveis propostas adequadas de aprendizagem em termos de oportunidade, ritmo, localização e custo. Não se sentirão motivadas para participar em qualquer ação de aprendizagem cujo conteúdo e métodos não considerarem devidamente as suas perspectivas culturais e experiências de vida. E não quererão investir tempo, esforço e dinheiro numa aprendizagem avançada se os conhecimentos, as aptidões e as competências que já adquiriram não forem reconhecidos de forma tangível, seja no plano pessoal ou profissional. A motivação individual para aprender e a disponibilização de várias oportunidades de aprendizagem são, em última instância, os principais fatores para a execução bem sucedida de uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida. É essencial aumentar a oferta e a procura de oportunidades de aprendizagem, principalmente para os que menos beneficiaram de ações educativas e de formação. Todas as pessoas deveriam ser capazes de seguir percursos de aprendizagem da sua escolha, em vez de serem obrigadas a trilhar caminhos pré-determinados conducentes a destinos específicos. Implica isto, simplesmente, que os sistemas de educação e formação deverão adaptar-se às necessidades e exigências individuais e não o contrário (...).

- Acesso universal e contínuo ao direito à aprendizagem com vistas à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada na sociedade do conhecimento;
- Relação Dialógica entre docente e discente na sala de aula a partir de uma educação problematizada a que visa à humanização das pessoas, à transformação de relações de opressão em relações democráticas, de diálogo, solidariedade, de amor ao próximo, ao mundo e à vida;
- Valorização e o reconhecimento das práticas e dos conhecimentos prévios dos estudantes, daquilo que já experimentaram antes da entrada no curso, valorizando o que já se sabe e se sabe fazer como uma das grades para a aprendizagem ao longo da vida;
- Problematização e Interação de componentes – basear-se na problematização sobre a realidade concreta do sujeito à construção do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

conhecimento científico e tecnológico. Segundo Freire (1987, 1980, 1977) o sujeito precisa ser desafiado para captar e compreender a sua realidade problema, implicando num esforço cognitivo do sujeito para construir suas perguntas. Não se trata de uma pergunta qualquer, mas de perguntas que lancem o sujeito num processo de busca permanente pelo conhecimento. Ao se trabalhar por problematização a concepção de interação entre componentes se torna factível tendo em vista que se resolver problemas é necessário lançar mão de conhecimentos múltiplos fazendo assim com que a este princípio saia do conceitual e se torne aplicável;

- Consolidação da Participação Colegiada dos segmentos docente e discente como espaço de aprendizagem política e de partição e como um dos *locus* de concretização da relação horizontal entre o educador e o educando; e
- Parceria entre o *Campus* Brasília e entidades profissionais como instrumento de trocas de experiências e informações visando a melhoria dos planos de ensino e dos processos de ensino-aprendizagem.

9.4 Grade Curricular

A grade curricular do curso está organizada por componentes, com período semestral, com 1470 horas destinadas aos componentes presenciais que compõem os Núcleos Básicos e de Formação. Serão necessárias aos estudantes realizarem 160 horas referentes à Atividade Complementar. Assim, a carga horária total do Curso é de 1630 horas.

Em consonância com a Portaria do Ministério da Educação nº 1.134 de 10 de outubro de 2016, a modalidade presencial admite a realização de atividades curriculares na modalidade a distância no limite máximo de 20% da carga horária total do curso.

A seguir, o Quadro 2 apresenta a nova Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública:


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 2 - Matriz Curricular

Componentes				H.	H/A	NºAulas/ Semana ⁶
1o. Semestre	1.1	DCA	Direito Constitucional Aplicado ao Setor Público	60	72	3
	1.2	FAD	Fundamentos da Administração	60	72	3
	1.3	FCP	Fundamentos de Ciência Política	30	36	3
	1.4	LIC	Linguagem e Comunicação	60	72	3
	1.5	FCS	Fundamentos das Ciências Sociais	60	72	3
	1.6	GDS	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	30	36	3
TOTAL DO SEMESTRE				300	360	
2o. Semestre	2.1	ADP	Administração Pública	60	72	3
	2.2	GIS	Gestão da Informação no Setor Público	60	72	3
	2.3	FEC	Fundamentos da Economia	60	72	3
	2.4	GES	Gestão Estratégica	60	72	3
	2.5	GSO	Gestão Social	30	36	3
	2.6	ESP	Ética no Setor Público	30	36	3
TOTAL DO SEMESTRE				300	360	
Certificação Intermediária: Auxiliar de Administração Pública						
3o. Semestre	3.1	DAL	Direito Administrativo e Licitações	60	72	3
	3.2	POP	Planejamento e Orçamento público	60	72	3
	3.3	FIP	Formulação e Implementação de Políticas Públicas	60	72	3
	3.4	PSP	Projetos no Setor Público	60	72	3
	3.5	MTP	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	72	3
TOTAL DO SEMESTRE				300	360	
4o. Semestre	4.1	FPU	Finanças Públicas	60	72	3
	4.2	CSP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60	72	3
	4.3	GPS	Gestão de Pessoas no Setor Público	60	72	3
	4.4	GPM	Gestão Patrimonial e de Materiais	60	72	3
	4.5	PGP	Pesquisa Aplicada à Gestão Pública	30	36	3
	4.6	ECB	Economia Brasileira	30	36	3
TOTAL DO SEMESTRE				300	360	
Certificação Intermediária: Assistente de Políticas Públicas						
5o. Semestre	5.1	APU	Auditoria Pública	60	72	3
	5.2	APP	Avaliação de Políticas Públicas	60	72	3
	5.3	LIB	LIBRAS	60	72	3
	5.4	COR	Comportamento Organizacional	30	36	3
	5.5	LSP	Logística Aplicada ao Setor Público	30	36	3
	5.6	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	30	36	3
TOTAL DO SEMESTRE				270	324	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO				1470	1764	
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE				--	--	
Atividade Complementar				160	192	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA F				1630	1956	

^{6*}As disciplinas com carga horária de 30 horas (36 horas-aula) serão ministradas de forma articulada com outra com mesma carga horária, de forma que será ofertada no primeiro bimestre e a outra no segundo bimestre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

9.4.1 Carga horária de cada etapa

A grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública prevê certificações intermediárias. Para a obtenção da Certificação Intermediária: Auxiliar de Administração Pública é necessário ter a aprovação em todos os componentes do primeiro e segundo semestres, totalizando carga horária de 600 horas. Para a obtenção da Certificação Intermediária de Assistente de Políticas Públicas é necessário ter a aprovação em todos os componentes do primeiro ao quarto semestre, totalizando 1.200 horas. Por fim, para obtenção da titulação de tecnólogo em Gestão Pública, o aluno deverá cursar todos os cinco semestres, contemplando 1.630 horas, sendo 30 horas referentes ao TCC, e ainda, comprovar carga horária de Atividades Complementares de 160 horas, e participar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, salvo em situações de dispensa oficial do Ministério da Educação (Lei 10.861/2004).

9.4.2 Oferta de Componente LIBRAS

Atendendo ao previsto no Decreto No. 5.626/2005, a componente curricular LIBRAS será ofertada no 5o. semestre, visando, não somente, a formação de gestores públicos que possuam habilidade na comunicação com os surdos a partir da sua língua, como, também, atitudes pautadas na empatia, no respeito e na consideração das diferenças.

9.5 Grade Curricular com Pré-Requisitos

Por tratar-se de um curso que adota o Regime por Componentes Curriculares cuja matrícula é feita em componentes independentes, respeitados os pré-requisitos, o PPC deste curso levou em consideração o menor número de pré-requisitos possíveis de modo a flexibilizar a grade curricular de tal forma a obter um melhor aproveitamento do tempo, oportunizando conhecimentos complementares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 3 - Componentes com Pré-Requisitos

SEMESTRE		COMPONENTES	PRÉ-REQUISITOS
2º.	ADP	Administração Pública	Fundamentos da Administração
3º.	FIP	Formulação e Implementação de Políticas Públicas	Administração Pública
4º.	FPU	Finanças Públicas	Fundamentos da Economia
5º.	APU	Auditoria Pública	Contabilidade aplicada ao Setor Público
	APP	Avaliação de Políticas Públicas	Formulação e Implementação de Políticas Públicas

9.6 Fluxograma de Componentes Curriculares

Considerando que a estruturação das componentes curriculares do curso estabelece que o primeiro semestre será composto por componentes estruturantes da formação profissional do Tecnólogo em Gestão Pública, o estudante, ao ingressar, deverá obrigatoriamente estar matriculado na integralidade da oferta para o primeiro período.

Excluem-se dessa regra os estudantes ingressantes por Edital de Portador de Diploma ou Transferência Externa, bem como os oriundos por Edital de Transferência Interna cujo edital geralmente orienta que os selecionados sejam matriculados a partir do segundo semestre, ainda que tenham componentes do primeiro semestre pendentes.

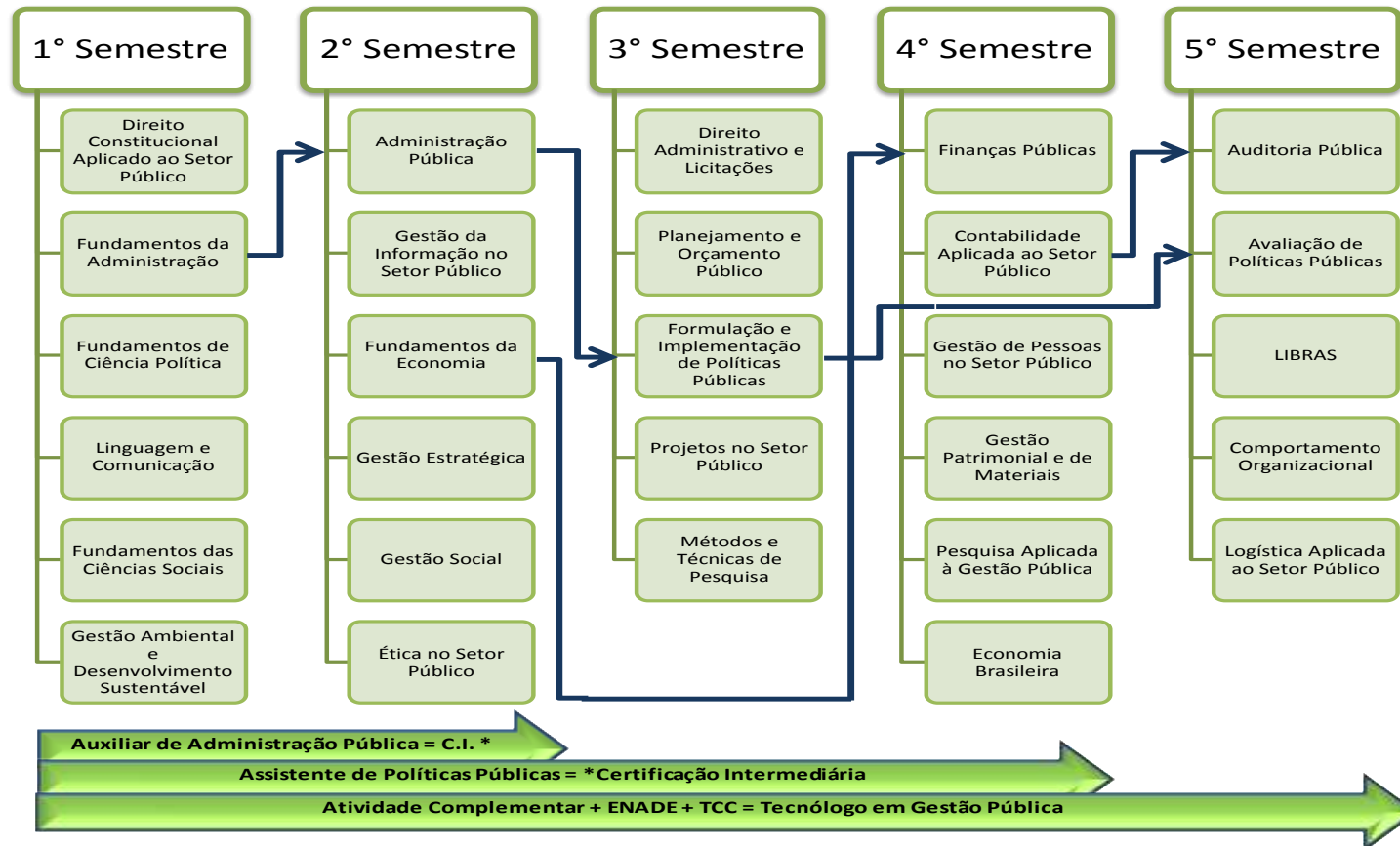
Respeitados os pré-requisitos, os estudantes poderão se matricular em qualquer componente, no entanto, a proposta de grade curricular sugere um processo evolutivo. Além do mais, a proposta de certificação intermediária reforça a necessidade de se seguir o fluxo semestral sugerido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Figura 1: Fluxograma do Curso de tecnologia em Gestão Pública





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

9.7 Mobilidade Acadêmica

Este PPC segue a Portaria Normativa RIFB N° 02/2017 que dispõe sobre os processos de mobilidade acadêmica. Assim, o discente de outra IES que deseja participar de Mobilidade Acadêmica no IFB deverá formalizar sua candidatura nos termos exigidos por esta instituição

9.8 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC constitui-se em atividade acadêmica obrigatória para a conclusão do curso e a obtenção do diploma de tecnólogo em Gestão Pública. O TCC oportuniza a análise de um aspecto ou temática pertinente à realidade da Gestão Pública e se constitui na pesquisa, síntese, registro e apresentação dos conhecimentos construídos pelo estudante durante a graduação tecnológica, bem como oportuniza a aplicação dos conhecimentos obtidos durante o curso, em um caso concreto.

Nos terceiro e quarto semestres do curso, o discente cursará respectivamente as componentes Métodos e Técnicas de Pesquisa e Pesquisa Aplicada à Gestão Pública. Tais componentes possibilitarão a construção dos conhecimentos acerca dos procedimentos metodológicos, da estruturação de trabalhos acadêmicos e das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, as quais deverão auxiliar na estruturação do TCC.

O docente orientador do TCC deverá ser membro do colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em casos excepcionais, será aceita coorientação de outro docente do colegiado ou de outro profissional, desde que sua formação acadêmica e de pesquisa, ou sua prática, se relacione com a temática do TCC.

A avaliação do TCC será feita por uma banca composta por três docentes, sendo que a sua presidência será composta pelo(a) docente orientador(a). Em casos excepcionais, poderá participar um membro externo, desde que sua trajetória profissional ou acadêmica guarde relação com o tema do Trabalho. Os critérios de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC estão dispostos no Anexo 2 do presente projeto pedagógico. Ao final da apresentação, a banca examinadora deverá preencher a Ata de Defesa do TCC, conforme Anexo 3.

O TCC poderá ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Artigo Científico e Produção Prática, devendo ser observadas as seguintes recomendações:

- a) o TCC deverá partir de uma pesquisa de campo ou análise de dados secundários de investigação de uma realidade da área de Gestão Pública.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- b) a defesa do TCC poderá ocorrer a partir do 4º semestre do curso, perante uma banca composta por três docentes, incluindo o docente orientador.
- c) A produção prática pode abranger o diagnóstico de uma situação, bem como um projeto de intervenção para a Administração Pública. Neste caso, há que se ter sustentação teórica para embasar o estudo da prática.
- d) O TCC deverá ser apresentado em conformidade com as normas da ABNT, independente do tipo de trabalho escolhido.

Após as correções e proposições da banca examinadora, o estudante deverá, em até 30 (trinta) dias corridos, protocolar e encaminhar à Coordenação do curso 01 (uma) versão final do Trabalho de Conclusão do Curso, devidamente encadernada em capa dura de cor azul, cor esta que faz referência à área de conhecimento do trabalho, juntamente com um CD contendo o trabalho em PDF. A coordenação do curso, semestralmente, deverá encaminhar à Biblioteca Central, para compor o acervo bibliográfico, todos os TCC's entregues.

De acordo com a Resolução CS/IFB – 027/2016, Art. 70, Parágrafo Primeiro, não será concedido regime domiciliar para estágios ou atividades curriculares práticas que requeiram acompanhamento individual do docente e a presença física do discente em ambiente próprio para execução dessas atividades. No caso do TCC, a orientação poderá ser feita a distância, no entanto a defesa deverá ser obrigatoriamente presencial.

9.9 Atividades complementares

As atividades complementares (AC) estão regulamentadas no Art. 81 Parágrafo Segundo da Resolução 27/2016 CS/IFB e poderão abranger as seguintes atividades:

- I – Componentes curriculares cursados, dentro e fora do IFB não previstos no currículo pleno, que tenham relação com o curso;
- II – Participação em seminários, simpósios, congressos e conferências cujos temas sejam relacionados ao curso, realizados no IFB ou fora dele (neste caso, de preferência, mediante expressa autorização prévia do IFB) e com a apresentação do respectivo certificado;
- III – Monitoria - facultativa aos docentes e aos alunos;
- IV – Atividades de extensão;
- V – Iniciação científica;
- VI – Pesquisa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VII – Outras atividades descritas no PPC ou em outro documento normativo elaborado pelo Colegiado de Curso.

Registra-se que as atividades complementares são um componente obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) fazendo-se necessária à sua realização para a obtenção do diploma. Essas atividades têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem do estudante complementando os conteúdos programáticos das componentes constantes na grade curricular. As atividades complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFB ou em outras organizações, sejam elas públicas ou privadas, desde que elas sejam compatíveis com os objetivos do curso.

Ressalta-se que apenas será considerada, para efeito de atribuição de carga horária, a participação em atividades complementares desenvolvidas a partir da data do ingresso do estudante no curso.

O estudante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deverá cumprir, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas de Atividade Complementar que possuam relação com a área do curso de acordo com o Anexo 4 – Tabela de Atividades Complementares.

O estudante, tão logo conclua as 160 horas de atividades complementares, deverá observar os prazos estipulados pela coordenação do curso para abertura de um processo constando o Formulário de Análise das Atividades Complementares (Anexo 5) e os documentos comprobatórios autenticados ou conferidos com o original pelo Protocolo do *Campus* Brasília. O referido processo deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, para análise.

Ao receber o processo, a Coordenação do Curso Tecnólogo em Gestão Pública encaminhará, no caso de necessidade de validação, a uma comissão de docentes integrantes do Colegiado para parecer de admissão ou não admissão das horas solicitadas.

9.10 Estágio Curricular Supervisionado

O PPC do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública não prevê a obrigatoriedade do estágio supervisionado, conforme possibilidade preconizada na Resolução 027/2016 CS/IFB, em seu Art. 82.

Considera-se que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática deve se dar transversalmente ao longo do curso. Ademais, o perfil predominante dos discentes é de profissionais já atuantes no mundo do trabalho, realidade que já proporciona situações reais de vida e trabalho junto a organizações nos variados



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

setores e níveis. Este contexto dificulta, ainda mais, a realização de horas disponíveis para a comprovação do estágio curricular supervisionado.

9.11 Integralização, trancamento e abandono do Curso

9.11.1 Da integralização

O prazo para a integralização do curso seguirá as diretrizes da Resolução 27/2016 CS/IFB, Art. 10. do Parágrafo único. Assim, o prazo máximo de integralização dos cursos será o dobro do prazo mínimo de integralização, para cada curso. Portanto, para efeito deste PPC, o prazo mínimo é de dois anos e meio e o máximo de cinco anos.

Ao longo do curso e, dois semestres antes do término do período previsto para a integralização, os discentes com deficiência, assistidos pelo Napne, poderão solicitar a ampliação do prazo para a conclusão do curso. O Napne ficará encarregado de estabelecer o novo prazo, baseado na realidade do próprio discente. Na impossibilidade do Napne avaliar a situação e atribuir novo prazo de integralização, caberá ao colegiado do curso tal decisão.

9.11.2 Do Trancamento

O trancamento de matrícula, enquanto uma interrupção temporária do curso e inclusive do trabalho de conclusão de curso, será realizado em acordo com o Art. 25 da Resolução 27/2016 CS/ IFB.

Art. 25. O trancamento pode ocorrer por até 3 (três) semestres consecutivos ou alternados, observado o prazo previsto no calendário acadêmico.

§ 1º Sendo necessário o trancamento de matrícula por um período superior a 3 (três) semestres letivos, o aluno deverá apresentar requerimento antes de se atingir este prazo, com justificativas para apreciação e deliberação do Colegiado de Curso para a Coordenação Geral de Ensino e desta para o Registro Acadêmico.

§ 2º O aluno impossibilitado de estar presente nas aulas e que não for contemplado com o regime domiciliar, previsto no art. 70, deverá efetuar o trancamento de matrícula.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

De acordo com o Art. 27, o Trancamento de Matrícula somente será concedido a partir do segundo semestre de matrícula do aluno no curso, devendo ser feito durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico.

9.11.3 Do abandono do curso

Em relação ao abandono do curso, a Resolução 27/2016 CS/IFB em seu Art. 23., prevê este status para os alunos que abrangerem as seguintes situações:

- I - Não realizar a renovação de matrícula para os cursos seriados ou a matrícula, em pelo menos 1 (um) componente curricular, para os demais cursos superiores;
- II - Não realizar o trancamento de matrícula no período previsto;
- III - Tiver mais de 50% (cinquenta por cento) de faltas, sem justificativa documentada e aprovada pelo Colegiado de Curso ou Área, da carga horária prevista em cada um dos componentes curriculares matriculados em 1(um) período letivo.
- IV - Tendo trancado a matrícula, deixar de reabri-la no período previsto estabelecido para a interrupção temporária do curso, conforme art. 25.

9.11.4 Regime de Matrícula

O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública inicialmente proposto possuía um Regime de Matrícula seriado e semestral. Este sistema de matrícula tem gerado a retenção de alunos além do período de tempo ideal do curso, prejudicando a otimização do tempo do estudante e consequentemente impactando financeiramente nos recursos do *Campus*.

As dificuldades no sistema de regime de matrícula anterior são muitas. *A priori*, o aluno que está matriculado em um semestre, sem nenhuma pendência de componentes anteriores, não pode antecipar componentes sem pré-requisitos dos semestres seguintes, mesmo possuindo interesse e horários disponíveis. Tal realidade tem minimizado a possibilidade de aceleração do curso.

Uma situação mais preocupante ocorre com os alunos que possuem pendências em componentes de semestres anteriores, seja por decorrência de reprovação ou de transferência externa. Nestes casos, os alunos ficam com horários vagos dada a impossibilidade de cursarem componentes cujos pré-requisitos não foram feitos ou nas quais tiveram reprovação. Sendo que os mesmos não podem cursar componentes de semestres posteriores ao qual está matriculado, é bastante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

comum alunos cursarem poucas componentes, em face dessa impossibilidade ou dos entraves de horário que chocam com o horário da componente pendente.

É muito comum que os alunos abandonem as componentes nas quais foram reprovados e continuem cursando as componentes no fluxo inicial da sua turma para cursá-las novamente somente no final do período do curso, ou seja, após o 6º semestre, de modo a não prejudicar mais ainda o andamento do mesmo.

Assim, a mudança do regime de matrícula do modelo seriado para o de componentes possibilita aos alunos a maximização dos seus horários e a otimização do curso.

9.12 Certificação Final

Para a obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão Pública, o discente deverá:

- a) concluir com aprovação ou aproveitamento em todas as componentes curriculares do curso no prazo de integralização;
- b) cumprir as horas estabelecidas nas Atividades Complementares
- c) ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso;
- d) atender demais requisitos administrativos estabelecidos pelo IFB, tais como: quitação de empréstimos junto à Biblioteca, documentações pendentes no Registro Acadêmico, depósito de TCCs.
- e) participar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, salvo situações de dispensa oficial do Ministério da Educação (Lei 10.861/2004).

10 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem deverão ser formulados de modo que levem o discente ao hábito da pesquisa, à reflexão, à criatividade e o estimule a desenvolver a capacidade de autodesenvolvimento e auto avaliação.

O processo de avaliação seguirá as seguintes diretrizes:

- a) adoção de instrumentos de avaliação contínua e cumulativa;
- b) estreita relação entre o que foi trabalho em sala de aula de forma contextualizada e o instrumento de avaliação;
- c) divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- d) critérios e instrumentos de avaliação diferenciados para estudantes com subdotação, superdotação ou portador de necessidades específicas;
- e) divulgação dos resultados do processo avaliativo;
- f) atividades de recuperação paralela àqueles com baixo desempenho.

A avaliação de aprendizagem terá como objetivos:

- a) o acompanhamento e a verificação da construção das competências trabalhadas ao longo dos períodos letivos; e
- b) a promoção dos discentes para a progressão de seus estudos.

A avaliação deve ser contínua, sistemática e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Segundo a Resolução nº 27/2016 – CS/IFB, que regulamenta os procedimentos administrativos e a organização didático pedagógica dos cursos de graduação do IFB, é considerado aprovado no componente curricular e ao final do curso, o estudante que obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no total das aulas dadas de cada componente curricular, no semestre.

Em consonância com o Decreto-Lei No. 1.044/69 e Lei No. 6.202/75 que versa sobre o tratamento excepcional para os discentes portadores de enfermidades, bem como, acerca das alunas em estado de gestação, esses farão *jus* a exercícios domiciliares com acompanhamento institucional.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que:

- a) possuir frequência inferior a 75% do total de aulas do período letivo ministrado, de acordo com o Art. 64, Parágrafo Segundo da Resolução nº 27/2016 – CS/IFB;
- b) não obtiver nota média igual ou superior a 6,0 (seis) nos componentes curriculares, de acordo com o Art. 61 da Resolução nº 27/2016 – CS/IFB.
- c) não obtiver nota média igual ou superior a 6,0 (seis) no TCC.

Para avaliação da aprendizagem e do desempenho acadêmico o estudante terá direito a no mínimo 3 (três) avaliações por componente curricular. É importante ressaltar que dessas três avaliações, ao menos uma deve ser individual.

A recuperação paralela deverá ser realizada pelo docente como uma possibilidade de recuperação da aprendizagem e, se existir, deverá estar devidamente explicitada no Plano de Ensino.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

10.1 Avaliação de discentes com Necessidades Específicas

De acordo com os Decretos nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004, na avaliação dos discentes com Necessidades Educacionais Específicas, o IFB oferecerá adaptações aos instrumentos avaliativos e os apoios necessários, previamente solicitados pelo discente, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade específica.

10.2 Aproveitamento de Estudos

Em observância à Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, poderá haver aproveitamento de estudos, desde que as componentes curriculares cursadas e concluídas tenham sido realizadas em cursos reconhecidos e em instituições de ensino superior credenciadas pelo Ministério da Educação.

A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser feita na Coordenação de Registro Acadêmico - CDRA, que deverá proceder à verificação da autenticidade dos documentos, anexando-os ao requerimento e enviando-os à Direção Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão que adotará as providências necessárias ao aproveitamento.

A solicitação será feita mediante requerimento à Coordenação de Registro Acadêmico acompanhado dos seguintes documentos originais e fotocópias:

- a) histórico escolar;
- b) grade curricular cursada; e
- c) planos de ensino dos componentes curriculares com especificação de carga horária comprovada, competências, habilidades e bases tecnológicas, ou ementário e conteúdo programático, se for o caso.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos realizados com aprovação, desde que dentro do mesmo nível de ensino.

A análise de equivalência entre grades curriculares será realizada por Comissão, nomeada pela Coordenação de Curso, constituída pela Coordenação Pedagógica Responsável e docentes das especialidades, que emitirão parecer sobre a solicitação, no prazo para julgamento.

Em caso de discordância do parecer da Comissão o solicitante terá direito a recurso conforme previsto em calendário acadêmico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Para fins de aproveitamento será considerada equivalência mínima de 75% da carga horária e dos conteúdos presentes na ementa das componentes curriculares cursadas e as da que se deseja aproveitar.

No Histórico Escolar será utilizado o termo “Aproveitamento de Estudos” à componente que se obteve aproveitamento, dispensando-se o registro das notas ou avaliações das componentes curriculares.

A solicitação de aproveitamento de estudos poderá ser feita semestralmente, obedecendo aos prazos estabelecidos no calendário acadêmico. Cabe destacar que não há estipulado um limite para o número de componentes curriculares a serem aproveitadas, respeitadas as diretrizes definidas no Art. 55 da Resolução nº 27/2016 – CS/IFB. Não obstante, o prazo mínimo para integralização do curso definido por este PPC deverá ser respeitado.

Estudantes de nacionalidade estrangeira ou brasileira com estudos realizados no exterior deverão seguir as mesmas diretrizes, incluídos os dispostos no Art. 56, da Resolução nº 27/2016 – CS/IFB.

10.3 Exame de Proficiência

Os trâmites para o Exame de Proficiência são regulamentados pela Resolução nº 27/2016 – CS/IFB, Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Brasília – IFB.

11 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A infraestrutura (instalações, equipamentos e biblioteca) existente no Campus Brasília, para a execução deste curso, atendem as especificações do Catálogo Nacional de Curso Superior de Tecnologia, isto é: Biblioteca incluindo acervo específico e atualizado, laboratórios de informática com programas e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 4 - Instalações do Campus Brasília

ESPECIFICAÇÕES	QUANTI-DADE	DIMENSÃO em M²	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR TURNO
Auditório	1	1649,4	970
Banheiros coletivos e adaptados	29	21	
Biblioteca	1	125	500
Espaço de convivência	4	125	1200
Laboratórios	24	51,8	557
Mini auditório e anfiteatros	3	180	400
Sala de aula	32	51,9	1280
Sala de Coordenação	12	13,1	
Sala de docentes	4	41,67	80
Sala de vídeo	2	51,9	60

Quadro 5 - Outras estruturas importantes e específicas do Campus Brasília

ESPECIFICAÇÕES	QUANTI-DADE	DIMENSÃO em M²	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR TURNO
Anexo Biblioteca	1	440,6	400
Laboratório Música – Bloco C	1	127,4	80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 6 - Laboratórios de informática do Campus Brasília

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	USUÁRIOS	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR TURNO
Informática Bl. A - Sala 207	30	Cursos Técnicos, Tecnólogo em Gestão Pública, Licenciatura em Dança, Curso técnico em Eventos	30 computadores 01 Datashow
Informática Bl. A - Sala 208	25	Cursos Técnicos, Tecnólogo em Gestão Pública e Licenciatura em Dança, Curso técnico em Eventos	25 computadores 01 Datashow
Informática Bl. A - Sala 209	35	Cursos Técnicos, Tecnólogo em Gestão Pública e Licenciatura em Dança, Curso técnico em Eventos	35 computadores 01 Datashow
Informática Bl. A - Sala 210	32	Cursos Técnicos, Tecnólogo em Gestão Pública e Licenciatura em Dança, Curso técnico em Eventos	32 computadores 01 Datashow
Informática Bl. A - Sala 212	32	Cursos Técnicos, Tecnólogo em Gestão Pública e Licenciatura em Dança, Curso técnico em Eventos	32 computadores 01 Datashow
Informática Bl. D - Sala 212	24	Cursos Técnico em informática, Curso Técnico em Eventos	24 computadores 01 Datashow
Informática Manutenção em PC Bl. D - Sala 209	24	Cursos Técnico em informática, Curso Técnico em Eventos	10 computadores (sucata)

11.1 Biblioteca

11.1.1. Infraestrutura

O novo espaço, destinado à biblioteca conta com uma área de 3.000 m² com capacidade para 500 usuários. O espaço é dividido em 3 pavimentos, compostos por ambientes de estudo individual e em grupo, laboratório digital, espaço para leitura de revistas e jornais, setor de referência, área de circulação de materiais e elevador para maximização da acessibilidade.

O acervo total da biblioteca do campus Brasília é composto por 3.780 títulos, sendo 17.000 exemplares. A quantidade de livros relacionados ao Eixo de Gestão e Negócios perfaz aproximadamente 1.215 títulos, totalizando 5.587 exemplares. Especificamente em relação ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a biblioteca do Campus Brasília possui 259 títulos, totalizando 2.125 exemplares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

No que tange às assinaturas de revistas especializadas e com revistas científicas, a biblioteca tem acesso ao Portal de Periódicos Capes, limitado ao uso dentro do Instituto pela rede local.

Quanto aos computadores existentes na biblioteca do Campus Brasília, há quatro computadores com acesso à internet disponíveis para a comunidade interna e externa.

A sala de estudos da biblioteca é composta por mesas para estudo em grupo e baias para estudo individual, totalizando 30 lugares disponíveis. Enquanto na sala do acervo estão disponíveis mais 4 computadores e poltronas para comodidade dos usuários.

11.1.2. Acervo e sua atualização

Grande parte títulos apresentados nas bibliografias desse PPC, sites e outras informações estão disponíveis no acervo da Biblioteca que são atualizados a cada 02 anos, obedecendo as disponibilidades orçamentárias e a demanda dos docentes.

Esses títulos estão disponíveis para consulta dos estudantes através do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília: <http://siabi.ifb.edu.br/>

Esse PPC procurou utilizar os livros existentes no acervo da Biblioteca do Campus Brasília, tendo como referências a atualização dos títulos, a proporção de títulos da bibliografia básica e complementar nos moldes dos indicadores Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, bem como o princípio da economicidade.

Encontra-se disponíveis no Anexo 7, a lista de títulos das bibliografias básica e complementar.

11.2 Acessibilidades

O Campus Brasília possui acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) e Pessoas com Deficiências (PcD's), tais como: piso tátil, portas com dimensões adequadas para cadeirantes, rampas de acesso interno, elevadores acessíveis, banheiros totalmente adaptados e exclusivos, barras de apoio nas saídas de emergências, cadeiras e mesas especiais em salas de aula, vagas reservadas nos estacionamento, telefone adaptado com a tecnologia *Telecommunications Device For The Deaf* (TTD), entre outros.

Além dos aspectos de infraestrutura, há garantia de reserva de vagas para concorrência de pessoas com deficiências (PcD's) nos Editais de Seleção aos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Cursos do IFB. O portal do IFB, com as informações necessárias do curso, segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004.

Para a atualização de tais acessibilidades, o Campus Brasília conta com o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) que exerce o papel de promoção da inclusão na educação profissional e tecnológica.

12 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O adequado funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Brasília é composto por instâncias consultivas e deliberativas, além do corpo de docentes e técnicos.

12.1 Instâncias deliberativas e consultivas

12.1.1 Núcleo Docente Estruturante

De acordo com a Resolução 27/2016/CS-IFB, Art. 85, o Núcleo Docente Estruturante - NDE constitui-se num grupo permanente de docentes, com atribuições de formulação e acompanhamento do curso. As atividades do NDE estão previstas na Resolução nº 6/2015 CS/ IFB.

12.1.2 Coordenação do Curso

Como instância executiva das ações do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública há a Coordenação de Curso, dirigida por um coordenador que é responsável pelo planejamento didático-pedagógico e pela supervisão da aplicação do plano de ensino e atividades pedagógicas de cada componente curricular. Além disso, será responsável pela gestão executiva de todas as ações do colegiado do curso.

As atribuições e o funcionamento da Coordenação de Curso estão previstos na Resolução nº 06/2015 – CS/IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

12.1.3 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é o responsável pelo planejamento, supervisão, acompanhamento e implementação do Projeto Pedagógico do Curso, levando em consideração a política educacional vigente para a educação superior e profissional e observando as diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, além das resoluções emanadas do Conselho Superior do IFB e da própria Reitoria.

O Colegiado é composto pela Coordenação de Área/Curso, docentes, representantes de discentes e coordenação pedagógica.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

12.2 Perfil Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Quadro 7 – Docentes atuantes no Curso de Gestão Pública

DOCENTE	FORMAÇÃO	HORAS TRABA-LHO	LATTES
Ailton Bispo dos Santos Júnior	Administração de Empresas/Pública	20h	http://lattes.cnpq.br/4269305966169297
André Luiz Dias	Gestão Pública	20h	http://lattes.cnpq.br/4783492647215055
Bibiani Borges Dias	Ciências Contábeis	DE	http://lattes.cnpq.br/0530865467462954
Bruno da Rocha Braga	Administração e Ciência da Computação	20h	http://lattes.cnpq.br/8466049398342611
Cleide Lemes da Silva Cruz	Letras/ Português	DE	http://lattes.cnpq.br/7168059119275399
Elias Vieira de Oliveira	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/6320370138839357
Elizângela dos Santos Alves da Silva	Inglês	DE	http://lattes.cnpq.br/6844449603425649
Érika Cristina Rodrigues	Direito	DE	http://lattes.cnpq.br/4221547739167172
Fabiana Carvalho da Silva Bispo	Ciências Econômicas/Administração Pública	DE	http://lattes.cnpq.br/3843909031119621
Gustavo Felice de Barros	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/4834817243326876
Fernando Antônio de Alvarenga Grossi	Comunicação Social/Jornalismo	DE	http://lattes.cnpq.br/4665257284246368
Flávia Furtado Rainha Silveira	Psicologia	DE	http://lattes.cnpq.br/2439249743856655
Francisco de Assis Póvoas Pereira	Agronomia	DE	http://lattes.cnpq.br/2770334244926489
Guilherme Capistrano dos Santos Stanzani	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/1455332488193039
Izabel Cavalcanti Ibiapina Parente	Sociologia	DE	http://lattes.cnpq.br/1599778811944344


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DOCENTE	FORMAÇÃO	HORAS TRABAHO	LATTES
James Batista Figueiredo	Tecnologia em sistemas de Telecomunicação	20h	http://lattes.cnpq.br/0829351822153809
Jaqueline da Silva Thomazine	Economia/Mestre em Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/9927719922582310
José Wagner Marques Raulino	Ciências Contábeis	DE	http://lattes.cnpq.br/7320266093004732
Josué de Sousa Mendes	Letras/Português	20h	http://lattes.cnpq.br/2277069650842877
Juliana Quirino Silva Alcântara	Direito	DE	http://lattes.cnpq.br/7425770462826367
Katia Guimarães Sousa Palomo	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/1624087841228368
Magno Alves de Oliveira	Matemática	DE	http://lattes.cnpq.br/3023361655410951
Marcello Vieira Lasneaux	Biologia	DE	http://lattes.cnpq.br/8578358447017085
Maria Marclane Bezerra Vieira	Ciências Contábeis	DE	http://lattes.cnpq.br/7823606832806517
Neli Terezinha da Silva	Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/6669702310452355
Paula Petracco	Ciências Biológicas	DE	http://lattes.cnpq.br/3908195729194254
Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha	Ciência Política	DE	http://lattes.cnpq.br/4414411053980077
Philippe Tshimanga Kabutakapua	Economia	DE	http://lattes.cnpq.br/7492994887082333
Renata Cristina Fonseca de Rezende	Letras/Libras	DE	http://lattes.cnpq.br/4504571261175534
Rosa Amélia Pereira da Silva	Letras/Português	DE	http://lattes.cnpq.br/5521605953115875


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

12.3 Perfil Técnico-Administrativo
Quadro 8 – Servidores técnicos-administrativos

SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	C.H.
Adriana Martins Reis	Auxiliar de biblioteca	Especialização	40h
Alberth Santana Costa da Silva	Bibliotecário	Mestrado	40h
Ana Roberta Crisóstomo de Moraes	Assistente de Alunos	Especialização	40h
Angélica Marques Silva de Sousa	Bibliotecária	Especialização	40h
Cássia de Sousa Carvalho	Intérprete de Libras	Especialização	40h
Charlene Cardoso Cruz	Auxiliar de biblioteca	Graduação	40h
Carolina Carrijo Ribeiro	Assistente de Alunos	Graduação	40h
Cristiano de Andrade Guedes	Assistente de Alunos	Graduação	40h
SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	C.H.
Daniel Cerqueira Costa	Auxiliar de biblioteca	Graduação	40h
Diana Angélica Carvalho de Sousa	Téc. em Assuntos Educacionais	Especialização	30h
Jayne de Jesus Simões Jorge	Auxiliar de biblioteca	Ensino Médio	40h
Juliana Aretz Cunha de Q. A. Detoni	Bibliotecária	Graduação	40h
Iasmin Santos da Rocha Pinto	Psicóloga	Especialização	40h
Laura Cecília dos Santos Cruz	Bibliotecária	Especialização	40h
Leonardo Domingos de O. Brito	Assistente de Alunos	Graduação	40h
Luciana dos Reis Elias	Assistente Social	Especialização	40h
Maína Emanuelle Sousa Lins	Téc. em Assuntos Educacionais	Especialização	40h
Nadja Magalhães Aretuza	Intérprete de Libras	Graduação	40h
Simone Silva de Moura	Intérprete de Libras	Graduação	40h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

12.4 Previsão de Distribuição de Docentes por Componentes Curriculares

A distribuição dos componentes curriculares para os professores se baseará na formação e experiência profissional de cada docente.

O Quadro 9 apresenta uma perspectiva de disposição de docentes para cada componente curricular:

Quadro 9 - Previsão de Distribuição de Docentes por Componentes Curriculares

COMPONENTE	DOCENTE
Primeiro Semestre	
Direito Constitucional Aplicado ao Setor Público	Juliana Quirino Silva Alcântara Erika Cristina Rodrigues
Fundamentos da Administração	André Luiz Dias Gustavo Filice de Barros Katia Guimarães Sousa Palomo Guilherme Capistrano dos S. Stanzani Neli Terezinha da Silva Elias Vieira da Silva
Fundamentos de Ciência Política	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Linguagem e Comunicação	Cleide Lemes da Silva Josué de Sousa Mendes Rosa Amélia Pereira da Silva
Fundamentos das Ciências Sociais	Izabel Cavalcanti Ibiapina Parente
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Paula Petracco
Segundo Semestre	
Administração Pública	Ailton Bispo dos Santos Junior Elias Vieira de Oliveira Gustavo Filice de Barros
Gestão da Informação no Setor Público	Bruno da Rocha Braga James Batista Figueiredo
Fundamentos da Economia	Fabiana Carvalho da Silva Bispo Jaqueline Thomazine Brocchi Philippe Tshimanga Kabutakapua



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Gestão Estratégica	André Luiz Dias Katia Guimarães Sousa Palomo Guilherme Capistrano dos S. Stanzani Neli Terezinha da Silva
Gestão Social	Elias Vieira de Oliveira Izabel Cavalcanti Ibiapina Parente
Ética no Setor Público	Francisco de Assis Povoas Pereira Juliana Quirino Silva Alcântara Erika Cristina Rodrigues
Terceiro Semestre	
Direito Administrativo e Licitações	Juliana Quirino Silva Alcântara Erika Cristina Rodrigues
Planejamento e Orçamento Público	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha José Wagner Marques Raulino
Formulação e Implementação de Políticas Públicas	Ailton Bispo dos Santos Junior Elias Vieira de Oliveira Gustavo/ Filice de Barros Fabiana Carvalho da Silva Bispo/ Jaqueline Thomazine Brocchi Philippe Tshimanga Kabutakapua
Projetos no Setor Público	André Luiz Dias Gustavo Filice de Barros Kátia Guimarães Sousa Palomo Guilherme Capistrano dos S. Stanzani Neli Terezinha da Silva
Métodos e Técnicas de Pesquisa	Flávia Furtado Rainha Silveira Kátia Guimarães Sousa Palomo Gustavo Filice de Barros


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

COMPONENTE	DOCENTE
Quarto Semestre	
Finanças Públicas	Fabiana Carvalho da Silva Bispo Jaqueline Thomazine Brocchi Philippe Tshimanga Kabutakapua
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Bibiani Borges Dias José Wagner Marques Raulino Maria Marclane Bezerra Vieira
Gestão de Pessoas no Setor Público	André Luiz Dias Elias Vieira de Oliveira Flávia Furtado Rainha Silveira Gustavo Filice de Barros
Gestão Patrimonial e de Materiais	Kátia Guimarães Sousa Palomo André Luiz Dias Guilherme Capistrano dos S. Stanzani
Pesquisa Aplicada à Gestão Pública	Flávia Furtado Rainha Silveira Kátia Guimarães Sousa Palomo Gustavo Filice de Barros
Economia Brasileira	Fabiana Carvalho da Silva Bispo Jaqueline Thomazine Brocchi Philippe Tshimanga Kabutakapua
Quinto Semestre	
Auditoria Pública	Bibiani Borges Dias José Wagner Marques Raulino Maria Marclane Bezerra Vieira
Avaliação de Políticas Públicas	Ailton Bispo dos Santos Junior Elias Vieira de Oliveira Gustavo Filice de Barros Fabiana Carvalho da Silva Bispo Jaqueline Thomazine Brocchi
LIBRAS	Renata Cristina Fonsêca de Rezende
Comportamento Organizacional	André Luiz Dias Flávia Furtado Rainha Silveira
Logística Aplicada ao Setor Público	André Luiz Dias Guilherme Capistrano dos S. Stanzani Kátia Guimarães Sousa Palomo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

13 DIPLOMAS E CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

A proposta de implementação do curso está organizada por componentes curriculares distribuídas em cinco semestres. Ao final do segundo semestre, tendo sido aprovado em todas as componentes curriculares do primeiro e segundo semestres, o aluno poderá requisitar formalmente a certificação intermediária em Auxiliar de Administração Pública. A aprovação de todos os componentes do primeiro ao quarto semestre possibilitará ao aluno requisitar formalmente a Certificação Intermediária em Assistente de Políticas Públicas.

As Certificações Intermediárias serão emitidas a partir da solicitação formal ao Registro Acadêmico, por parte do aluno, vencidas as exigências estabelecidas nesse PPC.

Para a conclusão do curso e a obtenção da titulação o aluno deverá ter aprovação em todas as componentes dos cinco semestres, obter aprovação em banca examinadora e entregar versão final do TCC para a Coordenação de Curso, comprovar carga horária de Atividades Complementares de 160 horas, e participar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, salvo situações de dispensa oficial do Ministério da Educação (Lei 10.861/2004).

Vencidas tais exigências do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o concluinte obterá o **Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública**.

14 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Os mecanismos de auto avaliação do curso consistem em estratégias de autorreflexão das políticas e ações desenvolvidas no curso, objetivando a visualização dos pontos fortes ou elementos que devem permanecer constituintes da estrutura geral do curso bem como das fragilidades ou pontos que devem ser reavaliados e corrigidos. Entre as categorias que servirão como indicadores para auto avaliação do curso estão:

- a) A organização didático-pedagógica – articulação do PPC com a missão, visão valores e o PDI do IFB, o currículo e sua flexibilização; procedimentos de avaliação; adequação e abrangência das atividades acadêmicas para a formação do discente; planejamento e implementação das atividades complementares; desempenho dos estudantes.
- b) Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo – formação, atuação nas atividades acadêmicas, experiência acadêmica e profissional e capacidade produtiva científica dos docentes;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- c) Instalações físicas – adequação do acervo bibliográfico à proposta do curso; nível de adequação dos ambientes de aprendizagens e qualidade dos equipamentos disponibilizados para a formação geral básica e profissional.

Institucionalmente, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), instância responsável pela avaliação permanente de todas as esferas da vida institucional, realizará ações e metodologias avaliativas que buscam dar conta dos aspectos quantitativos e qualitativos referentes ao desenvolvimento do curso.

Em paralelo às ações da CPA, e a partir dos resultados sistematizados por ela, o Núcleo Docente Estruturante manterá comissão permanente de avaliação, formada por docentes do curso e por representantes dos discentes que terá o objetivo de investigar os problemas relativos ao curso, tanto nos aspectos de natureza pedagógica como administrativa.

Esta comissão lançará mão dos relatórios emitidos pela CPA e também poderá executar outras ações avaliativas que lhe forem adequadas, tendo como objetivo a produção de conhecimentos sobre o nível de desempenho do curso, de seus acadêmicos, dos serviços educacionais oferecidos, do alcance dos objetivos de cada atividade planejada e promovida pelo curso e pela Instituição.

A divulgação e publicação dos resultados dessas pesquisas deve ser prática constante junto ao corpo acadêmico, visando a transparência e a flexibilidade por parte dos gestores do curso em relação ao processo de auto avaliação.

15 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Brasília será feito mediante consulta à Plataforma Lattes, por meio de monitoramento do currículo Lattes dos alunos. A Plataforma Lattes é um conjunto de sistemas computacionais do CNPq que visa compatibilizar e integrar as informações em toda interação da Agência com seus usuários. Seu objetivo é aprimorar a qualidade dessas informações e racionalizar o trabalho dos pesquisadores e estudantes no seu preenchimento, constituindo para a integração dos sistemas de informação das principais agências de fomento do País. Outra forma de acompanhamento será feita por meio do monitoramento dos egressos inseridos nas empresas parceiras do IFB, nas quais os alunos poderão atuar em atividades profissionais. Demais ações seguirão as políticas de acompanhamento de egresso porventura implementadas pelo IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

16 DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

16.1 Da adesão à nova grade curricular

De acordo com a Resolução 27/2016 CS- IFB, em seu Art. 8, §3º, os alunos que estiverem em turmas em andamento do curso poderão migrar para a nova grade curricular, desde que informem por escrito a sua adesão, por meio do formulário de adesão ao novo currículo, que consta no Anexo 6. Neste formulário, além da manifestação de adesão, o discente fará a solicitação de análise das componentes já cursadas e que serão objeto de aproveitamento. É importante ressaltar que o processo de migração somente será feito caso haja a adesão de todos os discentes regularmente matriculados na turma.

As componentes que foram cursadas a mais no Plano de Curso anterior, e não aproveitadas no novo currículo, poderão ser consideradas como atividade complementar, nos limites definidos no Anexo 4.

Após a análise da situação do discente, esse receberá uma nova composição da sua matriz curricular, devidamente atestada pela Coordenação de curso, que deverá ser seguida até a sua conclusão.

A partir da adesão à nova grade, o discente se sujeitará ao quadro de correspondência de componentes apresentado a seguir:


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 10 - Quadro de Equivalência

NOVA MATRIZ CURRICULAR				C.H. (h)	MATRIZ CURRICULAR ANTERIOR	CH (h)
1o. Semestre	1.1	DCA	Direito Constitucional aplicado ao Setor Público	60	Fundamentos de Direito E Direito Tributário	66,66
	1.2	FAD	Fundamentos da Administração	60	Fundamentos da Administração	50
	1.3	FCP	Fundamentos de Ciência Política	30	Fundamentos de Ciência Política	50
	1.4	LIC	Linguagem e Comunicação	60	Português Instrumental E Leitura e Produção de Textos	66,66
	1.5	FCS	Fundamentos das Ciências Sociais	60	Fundamentos da Sociologia	50
	1.6	GDS	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	30	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	33,33
TOTAL DO SEMESTRE				300		
2o. Semestre	2.1	ADP	Administração Pública	60	Administração Pública	50
	2.2	GIS	Gestão da Informação no Setor Público	60	Gestão da Informação no Setor Público	50
	2.3	FEC	Fundamentos da Economia	60	Fundamentos de Microeconomia E Fundamentos de Macroeconomia	100
	2.4	GES	Gestão Estratégica	60	Fundamentos da Administração	50
	2.5	GSO	Gestão Social	30	Gestão Social	50
	2.6	ESP	Ética no Setor Público	30	Ética no Setor Público	33,3
TOTAL DO SEMESTRE				300		
3o. Semestre	3.1	DAL	Direito Administrativo e Licitações	60	Direito Administrativo E Licitações, Contratos e Convênios	100
	3.2	POP	Planejamento e Orçamento Público	60	Orçamento Público	50
	3.3	FIP	Formulação e Implementação de Políticas Públicas	60	Elaboração e Implementação de Políticas Públicas	50
	3.4	PSP	Projetos no Setor Público	60	Gestão de Projetos no Setor Público E Qualidade e Inovação no Setor Público	66,66
	3.5	MTP	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	Métodos e Técnicas de Pesquisa E Oficina de Produção de Textos	66,66
TOTAL DO SEMESTRE				300		
NOVA MATRIZ CURRICULAR				C.H.	MATRIZ CURRICULAR	CH


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANTERIOR						
4o. Semestre	4.1	FPU	Finanças Públicas	60	Finanças Públicas	50
	4.2	CSP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60	Fundamentos de Contabilidade E Contabilidade Pública	50
	4.3	GPS	Gestão de Pessoas no Setor Público	60	Gestão de Pessoas no Setor Público	50
	4.4	GPM	Gestão Patrimonial e de Materiais	60	Gestão Patrimonial e Logística no Setor Público E Custos no Setor Público	66,66
	4.5	PGP	Pesquisa Aplicada à Gestão Pública	30	Aprovação no PPQ	-
	4.6	ECB	Economia Brasileira	30	Desenvolvimento Econômico Brasileiro	50
TOTAL DO SEMESTRE				300		
5o. Semestre	5.1	APU	Auditoria Pública	60	Auditoria Pública I ou II	50
	5.2	APP	Avaliação de Políticas Públicas	60	Avaliação no Setor Público	50
	5.3	LIB	LIBRAS	60	LIBRAS E Leitura e Produção de Textos Oficiais	66,66
	5.4	COR	Comportamento Organizacional	30	Comportamento Organizacional	33,3
	5.6	LSP	Logística Aplicada Ao Setor Público	30	Marketing Público	50
	5.7	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	30	Aprovação no TCC	-
	TOTAL DO SEMESTRE				270	
TOTAL DE HORAS DAS COMPONENTES DA NOVA MATRIZ				1470		

* Convertido para hora relógio

Há que se ressaltar que a nova carga horária do curso é de **1.630 horas**. Os alunos que cursaram componentes na matriz anterior, que não serão aproveitadas na nova matriz, terão horas contabilizadas em Atividades Complementares, nos limites definidos no Anexo 4.

16.2 Do período de revisão curricular

Este instrumento será revisado ordinariamente a cada 3 anos ou por demanda justificada do colegiado do curso, que acionará o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para o início dos trabalhos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

17 REFERÊNCIAS

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida**. Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão. SEC(2000) 1832. Bruxelas, 30.10.2000. Disponível: <<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000033001-000034000/000033814.pdf>>. Acessado em 20 dez. 2016.

COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. **Pesquisa de Amostra por Domicílios 2013**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>>. Acessado em: 18 de jul. 2016.

COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. **População, Renda e Ocupação nas Unidades de Planejamento Territorial**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/Estudos/2015/ESTUDO_SOBRE_UPT.pdf>. Acessado em: 18 de jul. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Resolução N.º 027-2016**. Conselho Superior em 03 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/5995/REGULAMENTO%20DE%20CURSO%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acessado em: 10 fev. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Resolução N.º 20/2012** Conselho Superior em 22 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20RIFB_0_20_2012_Aprova%20a%20oferta%20do%20Curso%20Tecno%CC%81logo%20em%20Gesta%CC%83o%20Pu%CC%81blica_parte_1.pdf>. Acessado em 02 dez. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Editora IFB, 2012. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/69>>. Acessado em 02 mai. 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Painel Virtual do Servidor**. Disponível em: <<http://paineldoservidor.planejamento.gov.br/>>. Acessado em: 20 dez. 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 1 – COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1º. SEMESTRE

1.1 DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO AO SETOR PÚBLICO - DCA

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Constituição: conceito e classificação. Evolução Constitucional brasileira. Poder Constituinte. A norma constitucional no tempo e sua aplicação (recepção, repristinação e desconstitucionalização das normas constitucionais). Preâmbulo. A Constituição Federal e seus princípios. Direitos e garantias fundamentais. Tutela constitucional das liberdades (ação civil pública, ação popular, habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data). Constituição Brasileira: repartição de competências. Hierarquia das normas jurídicas. Processo Legislativo. Noções de Controle de Constitucionalidade.

Competência:

- Ser capaz de entender a estrutura de organização política do Estado brasileiro: a composição e o funcionamento dos poderes estatais, a organização e o papel das funções essenciais à justiça, além da divisão de competências entre os entes da federação e noções gerais da atuação estatal nas ordens econômica e social.

Habilidades:

- Atuar na Gestão pública a partir dos princípios constitucionais;
- Lidar com as formalidades das normativas legais nacionais;
- Compreender o significado e a importância das normas constitucionais como fonte informadora de princípios e valores para gestão pública.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva. 20ª ed. 2016

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Editora Atlas. 32ª ed. 2016.

VICENTE PAULO, Marcelo Alexandrino. **Direito constitucional descomplicado**. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. São Paulo: Editora Saraiva. 5ª ed. 2015.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 38 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional**: volume único 8. ed., São Paulo: Método, 2013

SILVA, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

1.2. FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO – FAD

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Conceitos introdutórios de administração e organização. Perfil e competências dos administradores. Área funcionais. Teorias administrativas. Funções da administração: noções básicas de planejamento. Tipos e ferramentas administrativas facilitadoras do planejamento. Estruturas organizacionais. Princípios de Controle. Noções de Gestão de Processos.

Competência:

- Ser capaz de apropriar-se das funções da Administração na avaliação e análise de organizações

Habilidades:

- Reconhecer os princípios das Teorias da Administração;
- Conhecer as competências requeridas aos administradores;
- Elaborar o planejamento estratégico;
- Executar gestão de processos.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

MAXIMIANO, A. C. Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2011.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MAXIMIANO, A. C. Amaru. **Fundamentos de Administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

BATEMAN, Thomas S. & Snell, Scott A. **Administração: Novo Cenário Competitivo**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHUCK, Williams. **ADM: uma abordagem inovadora para ensinar e aprender princípios de administração**. São Paulo: Cengage, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

OLIVEIRA, Djalma. **Introdução administração: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

1.3. FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA – FCP

Carga horária: 30 **Pré-Requisito:**

Bases Tecnológicas:

Ciência Política: poder, autoridade, legitimidade e dominação. O Estado e a Política como gestora da sociedade. Formação do Pensamento Político e do Estado Moderno. O Direito Natural e a Teoria de Contrato Social. O Federalismo. O Estado e as Classes Sociais. Instituições Políticas. Formas e Sistemas de Governo. A Democracia: fundamentos, participação e representação.

Competência:

- Ser capaz de relacionar o estudo das estruturas de poder, autoridade, legitimação e dominação do Estado e a dinâmica da sociedade

Habilidades:

- Compreender o surgimento do Estado, as teorias que o justificam, dialogando com as diferentes perspectivas da teoria política;
- Analisar o arcabouço conceitual referente ao fenômeno político e sua interface com o cotidiano.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 17^a. ed. Campinas: Papirus, 2013.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volumes I e II. Brasília: UnB, 2004.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política** (2 volumes). Brasília: Editora UnB, 2007.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

RUA, Maria das Graças e CARVALHO, Maria Izabel (orgs.). **O Estudo da Política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

WEBER, Max. **Política como vocação**. São Paulo: Cultrix, 2004.

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política**. 14^a. ed. São Paulo: Ática, 2011. Volumes I e II.

1.4. LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO - LIC

Carga Horária: 60h **Pré-Requisito:**

Bases Tecnológicas:

Língua e linguagem: níveis e formas. A leitura como princípio da escrita; gêneros discursivos, as novas tecnologias e suas abordagens; semântica: estudo das relações de sentido no texto; elementos linguísticos e os efeitos do sentido; coesão e coerência na articulação do sentido no texto; ato e princípios da escrita; processo de comunicação nos documentos técnico-oficiais; prática de elaboração de resumos, esquemas, resenhas, mapas mentais e conceituais, e de documentos técnico-oficiais etc; gramática aplicada aos textos técnico-oficiais; aspectos morfosintáticos da Língua Portuguesa; paralelismo sintático e semântico.

Competência:

- Aprimorar a capacidade de leitura e escrita em uma perspectiva de construção e redimensionamento argumentativo, estabelecendo conexões entre as diversas fontes de informação.

Habilidades:

- Elaboração de textos argumentativos;
- Leitura crítica e sistemática de textos em diversos gêneros;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Observação crítica dos usos discursivos disseminados cultural e socialmente.

Bibliografia Básica:

FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 2010

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARTINS, D. S. **Português instrumental de acordo com as atuais normas da ABNT**. Rio Grande do Sul: Atual, 2001.

Bibliografia Complementar:

BELTRÃO, Odacir. **Correspondência**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamento, resumos e resenhas**. 12 ed. São Paulo: Atual, 2014

OLIVEIRA, José Paulo Moreira; MOTTA, Carlos Alberto Paula. **Como escrever textos técnicos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Thomson, 2012

ZANOTTO, Normelio. **Correspondência e redação técnica**. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

1.5. FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS – FCS

Carga horária: 60 horas

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

O advento da sociedade moderna e constituição da sociologia como ciência; relações entre indivíduo e sociedade; conceitos básicos da sociologia; a ideia de cultura; formação histórico-social do Brasil; variedade temática da sociologia.

Competência:

- Identificar os princípios sociológicos que embasam a formação da sociedade brasileira e norteiam as relações sociais e culturais

Habilidades:

- Ser capaz de definir as Ciências Sociais e descrever as áreas de conhecimento que as constituem - Sociologia, Antropologia e Ciência Política - demonstrando a contribuição de cada uma delas para a compreensão da vida em sociedade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Compreender o enfoque específico utilizado pelas ciências sociais na análise da sociedade, assim como o contexto histórico do surgimento das Ciências Sociais e de suas primeiras correntes de pensamento e analisar a formação social brasileira.

Bibliografia Básica:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia** (Coleção Primeiros Passos). 38ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar:

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística**. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O ofício do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

1.6. GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – GDS

Carga horária: 30

Pré-Requisito

Bases Tecnológicas:

Meio Ambiente e Gestão Ambiental. Interdependência e Gestão ambiental regional e global. Desenvolvimento Sustentável: a natureza, o indivíduo, as sociedades e os negócios. Ética Ambiental. Políticas Públicas Ambientais. Gestão ambiental e economia solidária.

Competência:

- Desenvolver a gestão na Administração Pública de forma sustentável, considerando o equilíbrio das sociedades, dos indivíduos e da natureza articulado com do alcance da missão organizacional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Habilidades:

- Ser capaz de identificar problemas, oportunidades e soluções no âmbito da gestão ambiental das organizações de modo a promover um desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação.
- -Compreensão de conceitos e situações práticas inerentes à gestão ambiental no contexto das organizações, com foco na realidade brasileira.
- Domínio das tecnologias de gestão inovadoras aplicadas às questões ambientais, com ênfase nos aspectos críticos demandados pelos novos paradigmas da produtividade.

Bibliografia Básica:

BARBIERI, J. C. **Gestão Empresarial Ambiental: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.** São Paulo: Atlas, 2011

Bibliografia Complementar:

ACADEMIA PEARSON. **Gestão Ambiental.** São Paulo: Pearson, 2011.

ANDRADE, R.O.B.; TACHIWA, T.; De CARVALHO, A.B. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.** 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos et al (org.). **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios de nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NASCIMENTO, L. F.; CUNHA LEMOS, A. D.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica.** São Paulo: Editora Bookman, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2º. SEMESTRE

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ADP

Carga horária: 60

Pré-Requisito: Fundamentos de Administração

Bases Tecnológicas:

Introdução ao estudo da Administração Pública: conceitos iniciais, natureza, fundamentos e princípios. Estrutura Administrativa e Organização do Estado. Tipologias e modelos. Poderes do Estado. Governança e Governabilidade. Reforma do Estado. O advento da Administração Pública Gerencial. Terceirização: conceito e modalidades. Parceria público-privada: abrangência da Lei n. 11.079/2004; conceito e características; diretrizes legais; vedações à celebração de PPPs; garantias; e modalidades. Privatização: conceito, histórico, objetivo.

Competência:

- Conhecer os princípios básicos do funcionamento e da organização da administração pública, a partir dos órgãos que a compõe

Habilidades:

- Refletir sobre a diferença entre gestão da coisa pública e da coisa privada.
- Identificar a responsabilidade do gestor público no manuseio de recursos públicos.
- Compreender os princípios da governança e da governabilidade;
- Conhecer as bases conceituais da organização da administrativa pública e seus princípios básicos;
- Saber reconhecer os atos administrativos;
- Identificar os princípios legais e administrativos que balizam as parcerias público-privadas;
- Conhecer as bases legais e administrativas do processo de privatização.

Bibliografia Básica:

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª São Paulo: FGV Editora, 2008.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PETERS, B.G.; PIERRE, J. **Administração Pública**: Coletânea. São Paulo: Unesp, ENAP, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEIXOTO, João Paulo M.; REGO, Antônio Carlos Pojo do (Coord.). **Governando o governo: modernização da administração pública no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

2.2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO - GIS

Carga horária: 60

Pré requisito:

Bases Tecnológicas:

Conceitos de Dado, Informação, Conhecimento e Inteligência. Fundamentos de Sistemas e Processos; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Tecnologias para Administração e Análise de Dados e Informações; Arquitetura e Padrões de Sistemas de Informação; Capacidades, Competências e Inovação no setor público e privado.

Competência:

- Ser capaz de utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação- TIC's como ferramenta para tomada de decisão e atuação gerencial

Habilidades:

- Utilizar ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's nas rotinas da Gestão Pública;
- Obter conhecimentos da Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta para soluções de problemas na gestão pública;
- Utilizar os pacotes e Banco de Dados nas rotinas e atividades estratégicas da gestão no serviço público.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Básica:

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistema de informações para tomada de decisões**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 2011.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais** : tecnologias da informação e a empresa do século XXI & introdução ao BPM & BPMS. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCINI, NORMA. **Comunicação nos textos**. São Paulo: 2013.

Bibliografia Complementar:

ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. **Estratégias de governança de tecnologia da informação**: estrutura e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2006.

LAUDON, Kenneth. **Sistemas de informações gerenciais**. 9 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

STARC, Cláudio; et al. (Orgs). **Gestão Estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

KOCH, Ingedore Grufeld Villaça. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2010.

2.3 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA - FEC

Carga horária: 60 **Pré-Requisito:**

Bases Tecnológicas:

Natureza do problema econômico. Introdução ao estudo da economia: princípios econômicos, organização social da atividade econômica. Microeconomia: oferta e demanda. Elasticidade. Funcionamento e estruturas de mercado. Macroeconomia: principais agregados econômicos: Modelo IS-LM. AO-DA. Teoria monetária e noções de comércio internacional.

Competência:

- Compreender a natureza e o funcionamento da economia com senso crítico sobre as diferentes situações econômicas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Habilidades:

- Compreender os conceitos fundamentais de microeconomia, de macroeconomia e da evolução do pensamento econômico através de seus principais pensadores;
- Conhecer os princípios que regem o funcionamento e as estruturas do mercado;
- Identificar a importância do papel do Estado na economia.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia:** Princípios de Micro e Macroeconomia. 5 ed. Norte Americana: Cengage Learning, 2010.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marcos Antonio S; TONETO JR, Rudinei et al (Orgs). **Manual de Economia.** Equipe De Professores Da Usp. 6ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 19a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Bem S.; CROUSHORE, Dean. **Macroeconomia.** 6 ed. São Paulo: Pearson, 2008

BLANCHARD, O. J. **Macroeconomia.** 5 ed. Longman do Brasil, 2010.

LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). **Manual de Macroeconomia:** básico e intermediário. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** São Paulo: Pearson, 2010.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 2008.

2.4. GESTÃO ESTRATÉGICA - GES

Carga horária: 60 **Pré-Requisito:**

Bases Tecnológicas:

Serviços públicos com ênfase na qualidade. Princípios e Ferramentas de Qualidade. Prestação de um serviço de qualidade e o seu planejamento. Planejamento Estratégico. Ferramentas do Planejamento Estratégico: *SWOT*, *BSC*, *SW2H*, Matriz QVT, Ferramentas Estatísticas, Pareto, Ishicawa. Tomada de Decisão: Conceitos e características. Tipos e níveis de decisão. Modelos de tomada de decisão. Etapas do Processo decisório. Centralização e descentralização. Racionalidade e intuição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Competência:

- Compreender os princípios das ferramentas que permitem gerir processos administrativos com qualidade

Habilidades:

- Utilizar as ferramentas de tomada de decisão gerencial;
- Atuar de acordo com os princípios das Teorias da Qualidade gerencial;
- Identificar as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades envolvidos na gestão das organizações públicas;
- Realizar o planejamento estratégico.

Bibliografia Básica:

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração estratégica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de gestão estratégica na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, **Silvio**. **Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sigmas**. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2002.

HEIJDEN, Kees Van der. **Planejamento por cenários: a arte da conversação estratégica**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. **Alinhamento: utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

THOMPSON JR, Artur.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica** 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2.5 GESTÃO SOCIAL – GSO

Carga horária: 30

Pré-requisito:

Bases Tecnológicas:

Mecanismos de interação Estado/sociedade. Proposta de gestão coletiva ligadas a movimentos sociais mais amplos. As organizações do Terceiro Setor. O Terceiro Setor e o Poder Público: relações e financiamento.

Competências:

- Compreender os mecanismos de interação e cooperação entre Estado e sociedade, aplicados na Gestão Pública.

Habilidades:

- Conhecer a teoria da Gestão Social;
- Compreender os conceitos que fundamentam o novo alinhamento da gestão das organizações contemporâneas, aplicados a Administração Pública;
- Correlacionar as finalidades do terceiro setor com os objetivos do Poder Público.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **Economia solidária como política pública**. São Paulo: Cortez, 2007.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONG's e estratégias de atuação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIOLIN, Cabral Tarso. **Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Civicus, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 2005.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

WANDERLEY, Carlos Ferreira. **Crítica aos empreendimentos à economia solidária: sob o aspecto da precarização da força de trabalho na periferia da periferia do mundo**. SAARBÜCKEN: Novas Edições Acadêmicas, 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2.6. ÉTICA NO SETOR PÚBLICO – ESP

Carga horária: 30

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Ética: conceitos e principais correntes de pensamento. Moral: essência e conceituação. Ética, liberdade e responsabilidade. Dilemas éticos contemporâneos. Ética e política. Ética na esfera pública e privada. Lei nº 8112/1990: regime disciplinar e processo administrativo disciplinar. Códigos de Ética na Administração Pública.

Competência:

- Atuar de maneira ética nas relações estabelecidas no cotidiano organizacional da administração pública.

Habilidades:

- Analisar, refletir e debater acerca da importância da postura ética;
- Compreender o fenômeno ético e suas implicações nas relações sociais;
- Argumentar criticamente, demonstrando seu posicionamento frente aos dilemas éticos do cotidiano da gestão pública;
- Entender os elementos presentes nos Códigos de Ética da Administração Pública;
- Compreender os procedimentos inerentes ao processo administrativo disciplinar balizados pela Lei nº 8.112/1990

Bibliografia Básica:

MENDES, Annita Valéria Calmon. **Ética na Administração Pública Federal**. Brasília: Funag, 2010

SÂNCHEZ, Vazquez, Adolfo. **Ética**. 36 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

SUNG, Jung Mo e S ILVA, Josué Cândido da. **Conversando Sobre Ética e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 6 ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MACINTYRE. **Depois da virtude**. Bauru: Edusc, 2001.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012

SÁ, Antônio Lopes. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2009



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3º. SEMESTRE

3.1. DIREITO ADMINISTRATIVO E LICITAÇÕES – DAL

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Direito Administrativo: conceito, objeto e finalidade. Princípios jurídicos. Atos Administrativos. Processos e procedimentos Atos Administrativos. Regime Jurídico Administrativo. Processo e procedimento administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais. Fases das licitações (interna/externa). Tipos de Licitações. Modalidades de Licitações. Contratação direta pela Administração Pública: Licitações dispensadas, dispensáveis e inexigíveis. Pregão eletrônico e presencial. Anulação e revogação. Controle das licitações. Contratos: características, modalidades, alterações, execução/inexecução. Extinção dos contratos administrativos. Controle dos contratos administrativos.

Competência:

- Ser capaz de entender o funcionamento da Administração Pública, especialmente sobre seus poderes e limites de atuação, para o futuro exercício de sua profissão;

Habilidades:

- Compreender os processos, procedimentos e os atos administrativos;
- Entender as normas que disciplinam a eficiente prestação de serviços públicos à sociedade;
- Identificar os princípios que regem o processo licitatório;
- Identificar os princípios do pregão eletrônico;
- Compreender as bases dos contratos administrativos e as suas formas de controle.

Bibliografia Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

COUTINHO, Alessandro Dantas. RODOR, Ronald Krüger. **Licitações & contratos administrativos em esquemas**. 3. ed. Niterói: Impetus, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29ª ed. São Paulo: Editora Forense, 2016.

Bibliografia Complementar:

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12ª ed. São Paulo: Editora RT, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17ª ed. São Paulo: Editora RT, 2016.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva. 10ª ed. 2016.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva. 6ª ed. 2016.

MELLO. Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Malheiros. 32ª ed. 2015.

3.2 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO – POP

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Evolução histórica e conceitual do orçamento público no Brasil. Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e créditos adicionais. Elaboração do PPA, da LDO e da LOA a Proposta Orçamentária. Conteúdo e forma da Proposta Orçamentária. Arrecadação e dispêndios públicos. Os princípios orçamentários. Classificação, características e estágios da despesa e receita públicas. Processo (ciclo) orçamentário e financeiro. Elaboração, execução, programação e descentralização orçamentária e financeira.

Competência:

- Compreender o processo de planejamento orçamentário no setor público, de forma a construir os conhecimentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades no serviço público

Habilidades:

- Desenvolver os princípios do planejamento do orçamento e das finanças no setor público;
- Conhecer as leis que tratam do processo orçamentário brasileiro;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Identificar os aspectos relevantes da receita e despesa pública;
- Conhecer o ciclo orçamentário, suas etapas e agentes envolvidos.
- Atuar na tomada de decisão de forma a desenvolver um orçamento na Administração Pública;
- Compreender os princípios da receita pública.

Bibliografia Básica:

ABRÚCIO, Fernando Luiz. LOUREIRO, Maria Rita. Finanças Públicas, democracia e *accountability* in ARVATE, Paulo. BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 5ª. reimpressão. pp. 75-102.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2ª ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2008.

CARVALHO, José Carlos Oliveira. **Orçamento público: teoria e questões atuais comentadas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

GAMA, Júnior, Fernando Lima. **Fundamentos de orçamento público e direito financeiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

GIACOMONI, James. PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). **Planejamento e Orçamento Governamental**. Brasília: ENAP, 2006. Volumes I e II.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JÚNIOR. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 33ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, IBAM, 2010.

3.3 FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – FIP

Carga horária: 60

Pré-Requisito: Administração Pública

Bases Tecnológicas:

Definição de Políticas Públicas, aspectos metodológicos e de classificação. Ciclo de Políticas Públicas. Instituições, atores e modelos de análise. A trajetória das Políticas Públicas no Brasil: desenvolvimento econômico, social, educação, ciência e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

tecnologia, meio ambiente, saúde e infraestrutura. Redes de políticas públicas e governança.

Competências:

- Compreender o processo de desenvolvimento das políticas públicas e seus aspectos técnicos e formais

Habilidades:

- Compreender os aspectos históricos, econômicos e sociais que balizam a implementação das políticas públicas no Brasil;
- Conhecer os principais conceitos inerentes às políticas públicas;
- Identificar as necessidades de formulação de políticas públicas;
- Auxiliar na elaboração e na implementação de políticas públicas

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage, 204.

Bibliografia Complementar:

BID. **A Política das Políticas Públicas**: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GOLDSMITH, S.; EGGERS, W.D. **Governar em rede**: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.

PEIXOTO, J.P. (org.) **Governando o Governo**: Modernização da Administração Pública no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

PETERS, B.G.; PIERRE, J. (org); **Administração Pública**: coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

SARAIVA, E. FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**: coletânea – Volume 01. Brasília: ENAP, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3.4. PROJETOS NO SETOR PÚBLICO - PSP

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Relação entre o Planejamento Estratégico e a Gestão de projetos. Fundamentos da Gerência de Projetos. Grupos de Processos de Gerenciamento de Projetos. Áreas de Conhecimentos de Projetos segundo PMBOK - Integração, Escopo, Tempo, Custos, Qualidade, Recursos Humanos, Comunicações, Riscos, Aquisições e Partes Interessadas. Escritórios de Gerenciamento de Projetos na Administração Pública: Experiências bem-sucedidas. Ciclo de vida do projeto.

Competência:

- Planejar, executar e concluir projetos dentro do prazo e com o orçamento estipulado

Habilidades:

- Discernir os diferentes tipos projeto;
- Compreender as fases do projeto;
- Entender a importância dos projetos na consecução dos objetivos organizacionais;
- Construir uma estrutura analítica de projetos e montar uma rede de atividades.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Marly Monteiro. **Fundamentos em Gestão de Projetos:** construindo competências para gerenciar projetos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIDO, Jack. **Gestão de projetos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MAXIMIANO, Antônio César. **Administração de Projetos:** Como transformar ideias em resultados. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BERKUN, Scott. **A arte do Gerenciamento de Projetos.** 3ª ed. São Paulo: Artmed, 2008.

DINSMORE, Paul C. e CABANIS-BREWEN, Jeannette. **AMA: manual de gerenciamento de projetos.** Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

GRAY, Clifford F. e LARSON, Erik W. **Gerenciamento de projetos:** o processo gerencial. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

KERZNER, Harold. **Gerenciamento de projetos**: uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle. São Paulo: Blucher, 2011.

PFEIFFER, Peter. **Gerenciamento de projetos de desenvolvimento**: conceitos, instrumentos e aplicações. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

3.5. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA – MTP

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Tipologia da pesquisa. Fases do planejamento de pesquisa: formulação do problema, delineamento, objetivo, desenho, escopo, ambiente e abordagem de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação de dados. Diretrizes e normas para apresentação dos trabalhos acadêmicos.

Competências:

- Compreender a estrutura científica formal como maneira de comunicação acadêmica

Habilidades:

- Identificar os tipos de pesquisa e suas aplicações no contexto da pesquisa em gestão pública;
- Compreender os processos metodológicos envolvidos no planejamento, elaboração e execução de trabalhos científicos;
- Elaborar o Projeto de Pesquisa.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

COOPER. D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HAIR JR., Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

4º. SEMESTRE

4.1 FINANÇAS PÚBLICAS - FPU

Carga horária: 60

Pré-Requisito: Fundamentos da Economia

Bases Tecnológicas:

O papel do governo na economia. Teoremas do Bem-estar. Teoria das I públicas. Teoria da tributação. Despesas públicas. Receitas públicas. Finanças públicas e política fiscal no Brasil. Normas gerais de direito financeiro e legislação brasileira sobre gestão de finanças públicas.

Competência:

- Ser capaz de entender a base econômica das atividades governamentais

Habilidades:

- Compreender os aspectos que regem o Estado enquanto ente arrecadador e aplicador de recursos públicos para o cumprimento de suas funções e atribuições;
- Desenvolver atividade financeira na Administração Pública baseada nas normas do direito financeiro e da legislação aplicada às finanças públicas.

Bibliografia Básica:

GIAMBIAGI, Fabio C.; ALÉM, Ana Cláudia et al. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PYNDICK, R.S. & RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson, 8ª edição, 2014.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, C.E. **As Finanças Públicas no Brasil Hoje: problemas, implicações e desafios**. Mimeo, junho, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIANI, Flávio, **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 5 ed. São Paulo: LTC, 2011.

ROSEN, Harveys; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: AMGH, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Fundamentos de Economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

4.2 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - CSP

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Fundamentos de Contabilidade. Campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Patrimônio Público. Lei 4.320/64. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Procedimentos Contábeis Orçamentários. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Noções básicas sobre SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Competência:

- Utilizar as ferramentas contábeis visando o cumprimento das normas legais e estratégia geradora de informações para tomada de decisões no setor público

Habilidades:

- Compreender a importância e a valorização da contabilidade pública com advento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000);
- Compreender as mudanças que ocorrem na contabilidade aplicada ao setor público, por meio dos órgãos competentes, para a elaboração das demonstrações contábeis;
- Atuar em acordo com as ferramentas legais obrigatórias na prestação de contas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública: teoria e prática**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público:** abordagem simples e objetiva. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BEHR, Ariel; BARBOSA, Diogo Duarte. **Contabilidade aplicada ao setor público:** estudos e práticas. São Paulo: Atlas, 2016.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Manual de contabilidade aplicada ao setor público.** 7. ed. Brasília: STN, 2016.

FEIJÓ, Paulo Henrique et al. **Contabilidade patrimonial aplicada ao setor público:** do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública, 2017.

MOTA, Francisco G. Mota. **Contabilidade aplicada ao setor público.** Aspectos patrimoniais: identificação, reconhecimento, mensuração e evidenciação. Brasília: Gestão Pública, 2015.

4.3. GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – GPS

Carga horária: 60 **Pré-Requisito:**

Bases Tecnológicas:

Importância das pessoas para as organizações. Evolução e tendências da gestão de pessoas. Políticas de gestão de pessoas. Agentes públicos. Provimento de pessoas no setor público. Políticas de desenvolvimento. Planos de cargos, carreiras e salários. Gestão de equipes. Avaliação de Desempenho. Gestão por Competências. Regime Jurídico aplicado aos servidores públicos. Motivação. Liderança.

Competência:

- Atuar de forma estratégica no suprimento, desenvolvimento e manutenção de pessoas nas organizações públicas, conciliando o interesse dos agentes públicos ao alcance da missão organizacional

Habilidades:

- Reconhecer a importância das pessoas como parceiras estratégicas para o alcance da missão das organizações públicas;
- Compreender os subprocessos de gestão de pessoas;
- Conhecer os princípios de provimento dos cargos públicos e as ferramentas de recrutamento no serviço público;
- Planejar e implementar políticas de treinamento e desenvolvimento de pessoas;
- Organizar planejamento de cargos e salários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Conhecer e aplicar avaliação de desempenho de pessoas;
- Compreender os princípios da motivação das pessoas no serviço público;
- Fomentar competências relativas à liderança dos agentes públicos.

Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. EDUCS, 2010.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Luis; GARCIA Adriana. **Gestão de Pessoas: estratégias e integrações organizacionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANDÃO, Hugo. **Mapeamento de competências: métodos, técnicas e aplicações em Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2012

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, Joel Souza et al. **Competências: conceitos, métodos e experiências**. São Paulo: Atlas, 2008.

ROBBINS, Spheven P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson, 2012.

4.4 GESTÃO PATRIMONIAL E DE MATERIAIS – GPM

Carga horária: 60

Pré-requisito:

Bases Tecnológicas:

Bens públicos. Patrimônio público. Inventário Público. Patrimônio material e imaterial nacional. Gestão Patrimonial. Gestão de Materiais: controle de estoques. Custos de referências a estoque. Armazenagem. Curva ABC. Legislações pertinentes ao tema.

Competência:

- Compreender as diversas técnicas de gestão de recursos materiais e patrimoniais, destacando suas vantagens e desvantagens, bem como sua aplicação para uma boa gestão desses recursos nas organizações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Habilidades:

- Gerenciar o patrimônio das organizações privadas e públicas, aplicando as normativas legais existentes;
- Identificar os problemas existentes na gestão patrimonial e de materiais;
- Propor soluções par a gestão patrimonial e de materiais, embasadas nos normativos legais existentes.

Bibliografia Básica:

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais:** uma abordagem logística. São Paulo: Editora Atlas, 2010

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais:** uma abordagem logística. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VIANA, João José. **Administração de materiais:** um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARNOLD, J.R. Tony. **Administração de Materiais:** uma introdução. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais:** princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009

FENILI, Renato. **Administração de recursos materiais e patrimoniais para concursos:** abordagem completa. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.

MARTINS, P. G.; Alt, P. R. C. **Administração de Materiais e Recursos patrimoniais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

4.5 PESQUISA APLICADA A GESTÃO PÚBLICA - PGP

Carga horária: 60

Pré-requisito:

Bases Tecnológicas:

Aplicação da pesquisa. Projeto de pesquisa. Normas de elaboração e formatação de trabalho científico. Análise de dados: Análise de Conteúdo. Ferramentas para análise de dados textuais. Noções de Estatística: Média. Mediana. Correlação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Competência:

- Elaborar uma pesquisa, balizada pelos princípios da metodologia científica.

Habilidades:

- Capacitar o aluno para trabalhar na identificação de necessidades organizacionais e/ou de oportunidades na organização escolhida para execução da pesquisa de TCC;
- Desenvolver a capacidade de analisar e interpretar dados qualitativos e quantitativos;

Bibliografia Básica:

GODOY, Cristhiane K.; SIVA, Anielson, B. BANDEIRA - MELLO, Rodrigo. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORE DAVID, S. **A estatística básica e sua prática**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOOTH, Waine C. **A arte da pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

4.6. ECONOMIA BRASILEIRA – ECB

Carga horária: 30

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Industrialização, desenvolvimento e progresso econômico brasileiro. Processo de substituição de importações. Desenvolvimento regional. Planejamento e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

desenvolvimento do Brasil. Comércio externo brasileiro. Indicadores Sociais do desenvolvimento.

Competência:

- Ser capaz de entender os elementos básicos da situação econômica e social do país, estabelecendo as relações de interdependência entre as principais variáveis econômicas, políticas, sociais e seus determinantes.

Habilidades:

- Compreender os principais determinantes da economia brasileira;
- Entender a situação econômica e social do país;
- Identificar os principais marcos e controvérsias da economia brasileira;
- Compreender a relação entre economia brasileira e o contexto social brasileiro;
- Entender os principais indicadores da economia brasileira.

Bibliografia Básica:

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2007.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. (Org.) Equipe de professores da USP. **Manual de economia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio. **Economia Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, Fábio; CASTELAR, Armando. **Além da euforia.** Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, 2012

GREMAUD, Amaury Patrick; SANDOVAL DE VASCONCELLOS, Marco Antonio; Teoneto Jr, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira.** 3 ed. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

5º. SEMESTRE

5.1 AUDITORIA PÚBLICA– APU

Carga horária: 60
público

Pré-Requisito: Contabilidade aplicada ao setor

Bases Tecnológicas:

Sistema de controle na administração pública. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Auditoria Governamental. Planejamento da auditoria. Programas de auditoria. Papéis de trabalho da auditoria. Tipos de Relatórios da auditoria. Governança e risco da auditoria. Normas Profissionais do auditor público.

Competência:

- Compreender os elementos formadores da auditoria de modo a desenvolver habilidades conceituais e críticas para analisar as questões referentes a auditoria na administração pública.

Habilidades:

- Entender conhecimentos específicos das situações peculiares à prática da auditoria pública;
- Identificar as funções da auditoria pública;
- Conhecer a legislação contábil pertinente a área;
- Identificar os elementos a serem considerados para a análise de laudos, pareceres e relatórios referentes a auditoria.

Bibliografia Básica:

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Diana Vaz de. **Fundamentos da auditoria governamental e empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

BATISTA, Daniel Gerhard. **Manual de controle e auditoria com ênfase na gestão de recursos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. **Auditoria de processos organizacionais**: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Auditoria governamental**: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

5.2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – APP

Carga horária: 60 **Pré-Requisito: Formulação e Implementação de Políticas Públicas**

Bases Tecnológicas:

Avaliação no Setor Público. Construção de indicadores, medidas de avaliação e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Teoria, Métodos, Técnicas e Tipos de Avaliação. Métodos Quantitativos e Qualitativos.

Competência:

- Avaliar políticas públicas e programas governamentais

Habilidades:

- Elaborar e avaliar indicadores de eficiência, eficácia e efetividade;
- Identificar métodos, técnicas e tipos de avaliação.

Bibliografia Básica:

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cengage, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Editora Cengage, 2014.

Bibliografia Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2004.

MINAYO, M.C.S. et al. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005

RAMOS, Marília. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos. Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2009

RICO, Elizabeth Melo Rico (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6ª edição. São Paulo: Editora Cortes, 1998.

5.3. LIBRAS - LIB

Carga horária: 60

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Conhecendo LIBRAS - Língua Brasileira de sinais: legislação específica. Gramática e vocabulário básicos de LIBRAS: conteúdos gerais e conteúdos específicos do contexto da Gestão Pública. A cultura surda.

Competência:

1. Desenvolver junto ao aluno o conhecimento da Língua de Sinais

Habilidades:

- Conhecer as características básicas da Língua de sinais;
- Possibilitar que os alunos se comuniquem com os surdos no cotidiano da gestão pública.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais de Libras**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; SARUTA, Flaviana Da Silveira; HONORA, Marcia. **Livro Ilustrado de Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Complementar:

BRITO, Lucinda Ferreira. **A Língua Brasileira de Sinais**.

CASTRO, Alberto Rainha; CARVALHO, Ilza, Silva. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. 4 Ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Tradução Alfredo Barcellos Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

5.4 COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL - COR

Carga horária: 30 **Pré-Requisito:**

Bases Tecnológicas:

Definição e dimensões do Comportamento Organizacional. Atitudes, valores e percepção social. Satisfação. Vínculos do indivíduo com a organização: Engajamento; Percepção de suporte organizacional; Percepção de justiça organizacional. Grupos e equipes de trabalho. Tomada de Decisão. Poder organizacional. Cultura Organizacional. Clima Organizacional.

Competências:

- Atuar com vistas à potencialização dos talentos dos agentes públicos e o alcance da missão organizacional, bem como a diminuição do absenteísmo e da rotatividade, por meio do estudo sistemático do comportamento humano nas organizações

Habilidades:

- Conhecer os principais conceitos sobre o comportamento humano nas organizações.
- Compreender os fatores micro, meso e macro que influenciam o comportamento das pessoas nas organizações;
- Analisar os principais aspectos envolvidos na dinâmica dos indivíduos e dos grupos nas organizações, como: motivação, satisfação, liderança, poder, conflito, mudança, clima e cultura organizacional.

Bibliografia Básica:

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. 8 ed. São Paulo, Pearson, 2009

SIQUEIRA, Mirlene Maria. **Medidas do comportamento organizacional**. São Paulo: Bookman, 2008.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

LIMONGI- FRANÇA, Ana Cristina. **Comportamento Organizacional: conceitos e práticas**. São Paulo: Saraiva, 2006

NEWSTROM, Jonh W. **Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho**. 12 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008

ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. 8 ed. São Paulo, Pearson, 2009

_____. **Comportamento Organizacional no contexto brasileiro**. 14 ed. São Paulo: Perarson, 2010.

SIQUEIRA, Mirlene Maria. (Org.). **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

5.5. LOGÍSTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO - LSP

Carga horária: 30

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Histórico e evolução logística. Sistemas logísticos. Fluxos e processos logísticos. Cadeia de abastecimento. Logística Integrada. Resposta eficiente às demandas do consumidor (ECR) e da sociedade. Logística reversa. Modais de Transporte e a infraestrutura pública nacional e internacional.

Competência:

- Planejar e executar processos de logística que auxiliem nas políticas públicas

Habilidades:

- Compreender e gerir os riscos logísticos relacionados ao transporte modal;
- Atuar lidando com os riscos envolvidos na gestão de estoques;
- Elaborar estratégias que envolvam técnicas de logística reversa;
- Compreender a formação e a estruturação da rede modal.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, Kleber Fossati; FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter (orgs). **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, P. R. **Logística Reversa**: meio ambiente e competitividade. 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Bibliografia Complementar:

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

CAIXETA-FILHO, José Vicente Gestão e MARTINS, Ricardo Silveira (orgs). **Gestão logística do transporte de cargas**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, André Luiz et al. **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHNEIDER, Dan Moche; RIBEIRO, Wladimir Antonio; SALOMONI, Daniel. **Orientações básicas para a gestão consorciada de resíduos sólidos**. Brasília: IABS, 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TAYLOR, David A. **Logística na cadeia de suprimentos**: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson, 2005.

5.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Carga horária: 30

Pré-Requisito:

Bases Tecnológicas:

Aplicação de pesquisa. Construção e aplicação de questionário de pesquisa. Elaboração e aplicação de entrevista. Relatório de pesquisa. Normas de elaboração e formatação de trabalho científico.

Competência:

- Propiciar ao aluno uma visão compartilhada da integração teoria e prática por meio da construção do TCC, alinhando assim, sua vocação pela área escolhida com suas habilidades na identificação de propostas inovadoras dentro da organização em estudo.

Habilidades:

- Capacitar o aluno para trabalhar na identificação de necessidades organizacionais e/ou de oportunidades na Administração Pública.
- Apresentar ao aluno a correta metodologia para elaboração do referencial teórico, assim como desenvolver a capacidade de interpretar e parafrasear com os autores da área escolhida.

Bibliografia Básica:

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8.ed. rev. amp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho científico:** elaboração de trabalhos de graduação. São Paulo: Atlas. 10^a ed. 2010

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso:** ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato sensu. São Paulo: Atlas, 2011.

BOOTH, Waine C. **A arte da pesquisa.** São Paulo: Martins Fontes. 2^a ed. 2005

CEREJA, William Roberto. **Texto e interpretação: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos.** São Paulo: Atual. 3^a ed. 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas. 2^a ed. 2009


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 2 - AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

NOME:		
ESTRUTURA/ASPECTOS DO PROJETO FINAL	VALOR MÁXIMO	NOTA
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS Capa; Folha de rosto; Dedicatória e Agradecimentos (opcionais); Resumo; Listas de figura, de tabela, de Anexos, de Siglas, etc; Glossário; Sumário.	2,0	
INTRODUÇÃO Apresentação sucinta do assunto e objeto de estudo; Objetivos Geral e Específicos do trabalho proposto; Objetivo de cada capítulo; Justificativa.	3,0	
1 LOCAL DO ESTÁGIO/OBJETO DE ESTUDO Identificação da organização (nome, setor, etc...); Principais produtos e/ou serviços; Principais processos; Estrutura e funções administrativas; Organograma; Área de atuação; Unidades; Dinâmica/clima organizacional; Relacionamento organização ambiente; Público alvo.	5,0	
1.1 O PROBLEMA ACADÊMICO Cenário e formulação da situação problema; Questões a serem respondidas (se for o caso) ou hipóteses ou suposições; Objetivos (geral e específicos); Justificativa e relevância do estudo; Delimitação do estudo	16,0	
2 REFERENCIAL TEÓRICO (REVISÃO DA LITERATURA OU O ESTADO DA ARTE) Revisão da literatura relacionada; fundamentação teórica; elementos de contextualização e consistência à investigação da situação problemática, revisão de trabalhos ou aplicações semelhantes em outro a contextos; comparação crítica da literatura sobre o tema e seus temas auxiliares.	15,0	
3 MÉTODOS, COLETA E ANÁLISE DE DADOS Descrição e justificativa do tipo de metodologia escolhida; do instrumental e das técnicas empregadas; Definição do universo e amostra e Seleção dos sujeitos (se for o caso); Identificação das atividades e dos períodos e nos quais foram executadas as atividades; Relatório de pré-teste (se for o caso); Procedimentos de coleta e tratamento de dados.	16,0	
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO Apresentação dos gráficos, ilustrações, quadros, tabelas; Apresentação das correlações existentes entre o resultado obtido na coleta e a resolução dos objetivos e problemas confrontados com a literatura; São os comparativos entre teoria e a realidade encontrada; Respostas aos questionamentos feitos no projeto.	24,5	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES Avaliação crítica dos resultados, realização dos objetivos; Extrair consequências e implicações para demonstrar a utilidade; Apresentação de propostas alternativas de resolução (se for o caso); Apresentar limitações e contribuições.	10,0	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA E ANEXOS Identificação de documentos e publicação, no todo ou em parte, segundo a ABNT, os quais serviram de base para o trabalho realizado.	3,0	
APÊNDICES - Material desenvolvido pelo(a) autor(a) que fundamentam o trabalho.	0,3	
ANEXOS - Documentos complementares não elaborados pelo autor.	0,2	
CORREÇÃO GRAMATICAL, ESTILO DE REDAÇÃO E ASPECTOS FORMAIS Ordenação das ideias, redação (linguagem e vocabulário utilizado); Estilo e correção ortográfica, gramatical; e de digitação; Apresentação e formatação geral do trabalho. Respeito às regras da ABNT.	5,0	
TOTAL	100	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 3 - ATA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Instituto Federal de Brasília
Eixo: Gestão e Negócios
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Núcleo Docente Estruturante- NDE

ATA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

1 – DADOS DO(A) DISCENTE(A)

Nome:

2- TÍTULO DO TCC:

3 – BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Avaliador (a) 1: - Instituição

Avaliador (a) 2: - Instituição

4 – RESULTADOS

Após avaliação do TCC, na seguinte data: _____, os membros da Banca

Examinadora consideram o(a) discente(a):

() APROVADO

() REPROVADO

5 – NOTA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: ()

Banca Examinadora _____ Brasília, _____ de _____ 201

Docente (a) Orientador

Docente (a) convidado (a)

Docente (a) convidado (a)


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 4 – TABELA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES	MÁXIMO HORAS
Grupo A (Máximo de 90 horas)	
1.A. Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira, avaliada semestralmente;	20 horas por semestre
2.A. Participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;	1 hora para cada 4 horas comprovadas
3.A Participação como ouvinte em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;	1 hora para cada 4 horas
4.A. Participação e aprovação em disciplinas/unidades de enriquecimento curricular de interesse do Curso, não pertencentes ao currículo do curso, desde que tais disciplinas/unidades estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.	1 hora para cada 4 horas comprovadas
5.A. Participação em programas de intercâmbio (Ciência sem Fronteiras e outros).	1 hora para cada 4 horas comprovadas
Grupo B (Máximo de 100 horas)	
2.B. Participação efetiva em trabalhos voluntários, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;	05 horas por semestre
2.D. Atuação como Instrutor em palestras técnicas, seminários, curso da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;	02 horas por palestra
2.E. Participação em projetos de extensão.	20 horas por semestre
3.C. Participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;	2 horas por apresentação
3.D. Participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionando com o objeto do Curso;	30 horas por semestre
3.E. Participação como expositor em exposição técnico-científicos;	1 horas por exposição
3.F. Participação efetiva na organização de exposições, congressos, jornadas e seminários na área do curso;	2 hora para cada 4 horas comprovadas
3.G. Publicações em revistas técnicas;	20 horas por publicação
3.H. Publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;	10 horas por publicação
3.I. Premiação de trabalho acadêmico	4 horas por trabalho
3.J. Estágio não obrigatório na área do curso;	1 hora para cada 10 horas comprovadas
3.K. Trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;	1 hora para cada 10 horas comprovadas
3.M. Participação em Empresa/ Consultoria Júnior e Incubadora Tecnológica;	1 hora para cada 10 horas comprovadas


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 5 – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES


Instituto Federal de Brasília
 Eixo: Gestão e Negócios
 Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
 Núcleo Docente Estruturante- NDE

Nome:	
Curso: Tecnólogo em Gestão Pública	Matrícula:

No.Docs.	Atividade e Código	Período
		De ___/___/___ a ___/___/___
	Horas	Validação (nome/siape)

No.Docs.	Atividade e Código	Período
		De ___/___/___ a ___/___/___
	Horas	Validação (nome/siape)

No.Docs.	Atividade e Código	Período
		De ___/___/___ a ___/___/___
	Horas	Validação (nome/siape)

No.Docs.	Atividade e Código	Período
		De ___/___/___ a ___/___/___
	Horas	Validação (nome/siape)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 6 - TERMO DE ADEÇÃO À NOVA MATRIZ CURRICULAR



Instituto Federal de Brasília
Eixo: Gestão e Negócios
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Núcleo Docente Estruturante- NDE

TERMO DE ADEÇÃO À NOVA MATRIZ CURRICULAR

Eu, _____, matrícula número _____, venho requisitar a mudança da antiga grade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFB, Campus Brasília para a nova grade Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública o IFB, *Campus* Brasília, de acordo com a Resolução 027/ 2016 CS IFB. Declaro que esta mudança está sendo realizada por livre e espontânea vontade. Estou ciente que após ter tomado esta decisão, não há possibilidade de reversão à grade anterior.

Local , Data

Assinatura
Matrícula No.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO 7 – RELATÓRIO DE IMPACTO

O *Campus* Brasília do Instituto Federal de Brasília (IFB) possui condições de implementar a nova proposta de Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sendo necessárias algumas adaptações para o seu pleno funcionamento.

No que tange ao impacto gerado em relação ao número de salas, atualmente, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública utiliza seis salas no período vespertino e seis salas no noturno. Levando-se em consideração que a nova matriz contempla cinco semestres, mas, que, há previsão de duplicação do ingresso nos dois turnos, estima-se que o referido curso necessitará ao todo de dez salas de aula. Sendo que atualmente já são utilizadas seis salas, serão demandadas mais quatro salas para utilização nos turnos vespertino e noturno. Há que se ressaltar que foram identificadas salas ociosas nos Blocos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 11 - Quadro de salas ociosas no campus Brasília

Turno	Localização	Quantidade de Salas ociosas	Total de salas disponíveis por turno
Vespertino	Bloco A 1º. e 2º. andares	08	15
	Bloco B 1º. e 2º. andares	01	
	Bloco D 1º. e 2º. andares	06	
Noturno	Bloco A 1º. e 2º. andares	04	22
	Bloco B 1º. e 2º. andares	12	
	Bloco D 1º. e 2º. andares	06	

Fonte: Diretoria de Ensino do *Campus* Brasília

Portanto, a duplicação de turmas, bem como a proposta de revisão ora apresentada não impacta negativamente na disponibilidade de salas de aulas, tendo em vista que há possibilidade de alocação das turmas nas salas ociosas.

Ademais, a estrutura física já instalada conta, ainda, com laboratórios de informática, e outros espaços que poderão ser usados para as aulas práticas de algumas disciplinas, conforme apresentado nos Quadros 4, 5 e 6 . Ainda, há que se ressaltar que está prevista a montagem de três laboratórios de apoio às atividades de pesquisa, ensino e extensão relacionados ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o que irá proporcionar ainda mais possibilidades de articulação teoria e prática e outros espaços de alocação dos alunos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Em relação ao impacto relativo à acessibilidade de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE's) e Pessoas com Deficiências (PcD's), conforme já relatado no item 11.2, o *Campus Brasília* possui infraestrutura adaptada para se adequar às necessidades dessa população, como: piso tátil, portas com dimensões adequadas para cadeirantes, rampas de acesso interno, elevadores acessíveis, banheiros totalmente adaptados e exclusivos, barras de apoio nas saídas de emergências, cadeiras e mesas especiais em salas de aula, vagas reservadas nos estacionamentos, telefone adaptado com a tecnologia *Telecommunications Device For The Deaf* (TTD), entre outros. Assim, a nova grade ora apresentada não gerará impacto para o Campus no sentido negativo.

No que se refere ao número de alunos, verifica-se que este Projeto de Curso está condizente com a missão do IFB presente no Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI, qual seja: oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional e tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Este PPC também vai ao encontro do planejamento estratégico presente no PDI 2013-2018, qual seja: “até 2018 consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de educação profissional e tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade”. Esta visão se desdobra em Objetivos Estratégicos do eixo temático de Educação, que abrangem “Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno”. No PDI do 2014-2018 há a previsão a expansão da oferta de vagas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Na perspectiva da consolidação institucional e na democratização do ensino ofertado pelo IFB, a quantidade de alunos ingressantes a partir da vigência do presente PPC é de 360 por ano, sendo que no Projeto Pedagógico do Curso vigente é de 180 vagas anuais. Ou seja, mais pessoas da comunidade poderão ter acesso a um curso superior, consolidando-se, assim, a missão cidadã e emancipatória do IFB.

Percebe-se, assim, que a nova matriz curricular deste Projeto de Curso coadunam com os objetivos presentes no PDI, pois o presente PPC visa ofertar disciplinas que estejam alinhadas às necessidades de formação em um campo de trabalho definido, alinhado às necessidades atuais do mundo do trabalho, com duração mais rápida com vistas à rápida inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Na esfera docente, no primeiro semestre de 2017, o *Campus Brasília* conta com 2652 estudantes ocupando as instalações da instituição nos turnos matutino, vespertino e noturno, nas áreas de Eventos, Informática, Gestão Pública e Dança. Com a duplicação de turmas e a nova proposta de atualização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o número de discentes aumentará significativamente, sendo necessária a contratação de técnicos para auxiliarem na manutenção dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

laboratórios, no Registro Acadêmico, nas diretorias DREN, DRAP, além de suporte de alunos e professores. Assim a ampliação da oferta de curso poderá impactar, demandando mais custos em face das novas contratações de técnicos. Porém, há que se ressaltar que há códigos de vagas que podem suprir esta demanda extra.

A quantidade de docentes que atuam no Curso de Tecnologia em Gestão e Negócios no momento é, em parte, suficiente para o pleno funcionamento do curso. Sendo que alguns professores encontram-se cedidos, afastados para formação, ou com atestados de saúde. Atualmente a área conta com 30 docentes.

É possível verificar que a relação carga-horária/professor é otimizada com a operacionalização da nova matriz curricular, conforme se verifica no Quadro 11 a seguir:

Quadro 12 - Comparativo de carga horária por docente no CST em Gestão Pública entre o PPC atual (em vigência) e o PPC proposto.

QUANTIDADES	Com mesma quantidade de turmas: 2 por semestre		Duplicando a quantidade de turmas: 4 por semestre	
	PPC ATUAL	PPC PROPOSTO	PPC ATUAL	PPC PROPOSTO
CARGA-HORÁRIA TOTAL DO CURSO *1	1.800 horas	1470 horas	1.800 horas	1470 horas
TURMAS	6 - vespertino 6 - noturno	5 - vespertino 5 - noturno	12 - vespertino 12 - noturno	10 - vespertino 10 - noturno
SEMESTRES	6	5	6	5
DOCENTES	30	30	30	30
CARGA-HORÁRIA MÉDIA POR DOCENTE *2	8,65horas	5,60 horas	17,22 horas	11,20 horas

Conforme se verifica, com o PPC proposto, para o discente, a quantidade de carga-horária e o tempo de conclusão do curso diminui, o que permitirá ao aluno apresentar ao mundo do trabalho seu diploma de Tecnólogo em Gestão Pública. Ademais, com a inclusão das Certificações Intermediárias, o discente poderá potencializar a sua empregabilidade, apresentando, mesmo antes da sua formatura, certificados que atestam a construção de competências na área.

Na perspectiva de duplicação do número de vagas, o esforço docente será otimizado, preenchendo-se a carga horária dos professores, de modo a atender às demandas da comunidade e ao que é preconizado nos dispositivos legais que regulamentam a carga horária docente da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Em um exercício hipotético, há que se ressaltar que o atual PPC funciona com 180 vagas anuais. Caso fosse duplicado a quantidade de turmas, como é proposto no PPC apresentado, demandar-se-ia uma carga horária docente de 17, 22 horas. No entanto, com a matriz proposta a demanda será de 11,20 horas. Quanto a este aspecto, verifica-se, ainda, que há possibilidade de contratação de novos professores, a partir do concurso público para provimento de cargos públicos de docentes do IFB, que concluirá ainda neste ano de 2017, sendo que há possibilidade de códigos de vagas para o *Campus Brasília*.

Assim, acredita-se que o *Campus Brasília* possui condições de absorver o impacto da atualização ora proposta para o Curso de Tecnologia em Gestão Pública a partir do 1º semestre de 2017, desde que sejam realizados os ajustes necessário no quantitativo de docentes e técnicos.

*1- A Carga Horária aqui definida refere-se exclusivamente às horas das componentes, excluídas as horas das Atividades Complementares e a hora de orientação de TCC dos discentes do referido curso.

*2- Consideram-se neste cálculo as seguintes hipóteses: a) que todos os 30 docentes estejam à disposição para o exercício da docência, ou os seus substitutos. b) A média de horários aqui apresentadas, referem-se à utilização exclusiva dos docentes no curso de TGP.

No que se refere à bibliografia básica presente no ementário, o acervo da Biblioteca do CBRA possui parte das bibliografias básicas e complementares. Tendo como referência a relação de seis obras por aluno na bibliografia básica e três na bibliografia complementar, disposto no Instrumento de Avaliação de Recredenciamento dos Cursos Superiores de Tecnologia do Instituto Anísio Teixeira – INEP, sugere-se que sejam adquiridos os 1460 exemplares, conforme pode ser visualizado no Quadro 13. Porém, é importante mencionar que as obras a ser adquiridas são importantes para que ao curso conte ainda mais com a atualidade e qualidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 13 - Acervo dos livros relacionados nas Bibliografias Básica e Complementar e a Necessidade de aquisição.

Disciplina	Bibliografia Básica	Qtd no acervo	Diferença ⁷	Bibliografia Complementar	Qtd no acervo	Diferença ⁸
Direito Constitucional aplicado ao setor público	LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo: Editora Saraiva.	10	20	BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Editora Saraiva. 2015.	5	-
	MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas.	25	5	NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.	7	-
	VICENTE PAULO, Marcelo Alexandrino. Direito constitucional descomplicado. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013	13	17	NOVELINO, Marcelo. Manual de direito constitucional: volume único 8. ed., São Paulo: Método, 2013	5	-
		-	-	TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.	5	-
		-	-	SILVA, José Afonso Da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.	10	-
Fundamentos de administração	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 8a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.	15	15	BATEMAN, Thomas S. Administração: um novo cenário competitivo. São Paulo: Atlas, 2009.	2	0
	MAXIMIANO, A. C. Amaru. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2011.	20	10	CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.	8	-
	MAXIMIANO, A. C. Amaru. Fundamentos de Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.	10	20	CHUCK, Williams. ADM: uma abordagem inovadora para ensinar e aprender princípios de administração. São Paulo: Cengage, 2010.	5	-
		-	-	DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2011.	4	-

⁷ Necessidade mínima de quantidade exigida para reconhecimento do SINAIS é de 1 exemplar de cada título existente na Bibliografia Básica para cada 6 alunos sendo que para o caso do TGP a quantidade ideal é de 30 unidades de cada título.

⁸ Necessidade mínima de quantidade exigida para reconhecimento do SINAIS é de 2 exemplares para cada título existente na Bibliografia Complementar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

		-	-	OLIVEIRA, Djalma. Introdução administração: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.	2	-
Fundamento ciência política	BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.	20	10	BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política (2 volumes). Brasília: Editora UnB, 2007.	30	-
	CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 17ª. ed. Campinas: Papyrus, 2013.	20	10	DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.	-	2
	WEBER, Max. Economia e Sociedade. Volumes I e II. Brasília: UnB, 2004.	24	6	RUA, Maria das Graças e CARVALHO, Maria Izabel (orgs.). O Estudo da Política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.	-	2
		-	-	WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política. 14ª. ed. São Paulo: Ática, 2011. Volumes I.	12	-
		-	-	WEBER, Max. Política como vocação. São Paulo: Cultrix, 2004.	-	2
Linguagem e comunicação	FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007	21	9	BELTRÃO, Odacir. Correspondência. São Paulo: Atlas, 2007.	16	-
	MARTINS, D. S. Português instrumental de acordo com as atuais normas da ABNT. Rio Grande do Sul: Atual, 2001.	16	14	FIORIN, José Luiz. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 2010	8	-
	GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2010.	11	19	MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamento, resumos e resenhas. 12 ed. São Paulo: Atual, 2014	5	-
		-	-	OLIVEIRA, José Paulo Moreira; MOTTA, Carlos Alberto Paula. Como escrever textos técnicos. 2ª ed. São Paulo: Editora Thomson, 2012	10	-
		-	-	ZANOTTO, Normelio. Correspondência e redação técnica. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.	5	-
Fundamentos das ciências sociais	BERGER, Peter. Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.	-	30	ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.	7	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar	10	20	BOURDIEU, Pierre. O ofício do sociólogo. Petrópolis: Vozes, 2004.	-	2
	MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia (Coleção Primeiros Passos). 38ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.	5	25	GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.	6	-
		-	-	HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	6	-
		-	-	WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	6	-
Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável	BARBIERI, J. C. Gestão Empresarial Ambiental: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo. Editora Saraiva, 2007.	17	13	ACADEMIA PEARSON. Gestão Ambiental. São Paulo: Pearson, 2011.	4	-
	DIAS, R. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.	15	15	ANDRADE, R.O.B.; TACHIWA, T.; De CARVALHO, A.B. Gestão Ambiental: Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.	-	2
	SEIFFERT, M. E. B. Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2010.	15	15	CAMARGO, A.L.B. Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2003.	12	-
		-	-	GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos et al (org.). Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.	-	2
		-	-	NASCIMENTO, L. F.; CUNHA LEMOS, A. D.; MELLO, M. C. A. Gestão socioambiental estratégica. São Paulo: Editora Bookman, 2008.	4	-
Administração pública	BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado e administração pública gerencial. 7ª São Paulo: FGV Editora, 2008.	20	10	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	2	-
	COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.	28	2	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.	3	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	PETERS, B.G.; PIERRE, J. Administração Pública – Coletânea. São Paulo: Unesp, ENAP, 2010.	2	28	GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.	2	-
		-	-	PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.	2	-
		-	-	PEIXOTO, João Paulo M.; REGO, Antônio Carlos Pojo do (Coord.). Governando o governo: modernização da administração pública no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.	7	-
Gestão da informação no setor público	CASSARRO, Antonio Carlos. Sistema de informações para tomada de decisões. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 2011.	17	13	ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. Estratégias de governança de tecnologia da informação: estrutura e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.	3	-
	DISCINI, NORMA. Comunicação nos textos. São Paulo: 2013.	23	7	BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2006.	6	-
	CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais : tecnologias da informação e a empresa do século XXI & introdução ao BPM & BPMS. São Paulo: Atlas, 2014.	7	23	LAUDON, Kenneth. Sistemas de informações gerenciais. 9 ed. São Paulo: Pearson, 2010.	1	1
		-	-	STEREC, Cláudio et al (orgs).Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005.	2	-
		-	-	KOCH, Ingedore Grufeld Villaça. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 2010.	6	-
Fundamentos da economia	MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. Norte Americana: Cengage Learning.	25	5	ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Bem S.; CROUSHORE, Dean. Macroeconomia. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2008	7	-
	ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 19a ed. São Paulo: Atlas, 2002.	15	15	BLANCHARD, O. J. Macroeconomia. 5 ed. Longman do Brasil, 2010.	7	-
	PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marcos Antonio S; TONETO JR, Rudinei et al (Orgs). Manual de Economia. Equipe De Professores Da Usp. 6ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.	14	16	LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.	4	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

		-	-	PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Pearson, 2010.	8	-
		-	-	VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 2008.	15	-
Gestão estratégica	CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.	5	25	AGUIAR, Silvio. Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sima. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2002.	2	-
	MATIAS-PEREIRA, José. Curso de gestão estratégica na administração pública. São Paulo: Atlas, 2012.	8	22	HEIJDEN, Kees Van der. Planejamento por cenários: a arte da conversação estratégica. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.	10	-
	TAVARES, Mauro Calixta. Gestão estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	8	22	KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. Alinhamento: utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.	10	-
		-	-	LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.	0	2
		-	-	THOMPSON JR, Artur.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.	2	-
Gestão social	BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia solidária como política pública. São Paulo: Cortez, 2007.	10	20	FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Civicus, 1994.	-	2
	TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONG's e estratégias de atuação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.	5	25	GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: UNESP, 2005.	-	2
	VIOLIN, Cabral Tarso. Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica. Belo Horizonte: Fórum, 2010.	2	28	MONTANO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social. São Paulo: Cortez, 2007.	-	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

		-	-	SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.	-	2
		-	-	WANDERLEY, Carlos Ferreira. Crítica aos empreendimentos à economia solidária: sob o aspecto da precarização da força de trabalho na periferia da periferia do mundo. SAARBÜCKEN: Novas Edições Acadêmicas, 2014	1	1
Ética no setor público	SUNG, Jung Mo e S ILVA, Josué Cândido da. Conversando Sobre Ética e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 2003.	2	28	ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 6 ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.	3	-
	SÂNCHEZ, Vazquez, Adolfo. Ética. 36 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.	10	20	KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos. São Paulo: Martin Claret, 2004.	-	2
	MENDES, Annita Valéria Calmon. Ética na Administração Pública Federal. Brasília: Funag, 2010	1	29	MACINTYRE. Depois da virtude. Bauru: Edusc, 2001.	-	2
		-	-	SÁ, Antônio Lopes. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2009	5	-
		-	-	TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012	3	-
Direito Administrativo e Licitações	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Atlas.	10	20	JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Editora RT.	7	-
	COUTINHO, Alessandro Dantas. RODOR, Ronald Krüger. Licitações & contratos administrativos em esquemas. 3. ed. Niterói: Impetus, 2012.	13	17	JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora RT	2	-
	DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Forense.	23	7	MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Saraiva. 2016.	10	-
		-	-	MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Saraiva.	5	-
		-	-	MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Malheiros.	10	-


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Planejamento e orçamento público	ABRÚCIO, Fernando Luiz. LOUREIRO, Maria Rita. Finanças Públicas, democracia e accountability in ARVATE, Paulo. BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 5ª. reimpressão. pp. 75-102.	5	25	ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2ª ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2008.	-	2
	MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010	2	28	CARVALHO, José Carlos Oliveira. Orçamento público: teoria e questões atuais comentadas. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009	5	-
	GIACOMONI, J. Orçamento Público. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	10	20	GAMA, Júnior, Fernando Lima. Fundamentos de orçamento público e direito financeiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010	5	-
		-	-	GIACOMONI, James. PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). Planejamento e Orçamento Governamental. Brasília: ENAP, 2006. Volumes I e II.	-	2
		-	-	REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JÚNIOR. A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 33ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, IBAM, 2010	-	2
Formulação e implementação de políticas públicas	BOBBIO, N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.	21	9	BID. A Política das Políticas Públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	-	2
	HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.	15	15	GOLDSMITH, S.; EGGERS, W.D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.	2	-
	SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage, 204.	12	18	PEIXOTO, J.P. (org.) Governando o Governo: Modernização da Administração Pública no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.	7	-
		-	-	PETERS, B.G.; PIERRE, J. (org); Administração Pública: coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.	2	-
		-	-	SARAIVA, E. FERRAREZI, E. Políticas Públicas: coletânea – Volume 01. Brasília: ENAP, 2006.	-	2


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Projetos no setor público	CARVALHO, Marly Monteiro. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	6	24	BERKUN, Scott. A arte do Gerenciamento de Projetos. São Paulo: Artmed.	4	-
	GIDO, Jack. Gestão de projetos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.	13	17	DINSMORE, Paul C. e CABANIS-BREWEN, Jeannette. AMA: manual de gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.	2	-
	MAXIMIANO, Antônio César. Administração de Projetos: Como transformar ideias em resultados. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2014.	10	20	GRAY, Clifford F. e LARSON, Erik W. Gerenciamento de projetos: o processo gerencial. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.	2	-
		-	-	KERZNER, Harold. Gerenciamento de projetos: uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle. São Paulo: Blucher, 2011.	2	-
		-	-	PFEIFFER, Peter. Gerenciamento de projetos de desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.	3	-
Métodos e técnicas de pesquisa	LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.	31	-	COOPER. D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.	8	-
	GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	20	10	CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.	12	-
	VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.	30	-	FLICK, Uwe. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.	4	-
		-	-	HAIR JR., Joseph F. et al. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.	10	-
		-	-	SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez.	5	-
Finanças públicas	GIAMBIAGI, Fabio C.; ALÉM, Ana Cláudia et al. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	17	13	CARVALHO, C.E.; As Finanças Públicas no Brasil Hoje: problemas, implicações e desafios. Mimeo, junho, 2002.	-	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	MATIAS-PEREIRA, J. Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.	10	20	MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	2	-
	PYNDICK, R.S. & RUBINFELD, D.L. Microeconomia. São Paulo: Pearson, 2014	15	15	RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória. 5 ed. São Paulo: LTC, 2011.	-	2
		-	-	ROSEN, Harveys; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: AMGH, 2015.	2	-
		-	-	VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. Fundamentos de Economia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	15	-
Contabilidade aplicada ao setor público	CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e contabilidade pública: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier	4	26	BEHR, Ariel; BARBOSA, Diogo Duarte. Contabilidade aplicada ao setor público: estudos e práticas. São Paulo: Atlas, 2016.	-	2
	KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas	33		BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2015.	1	1
	SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas.	35		BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília: STN, 2016.	-	2
		-	-	FEIJÓ, Paulo Henrique et al. Contabilidade patrimonial aplicada ao setor público: do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública, 2017.	-	2
		-	-	MOTA, Francisco G. Mota. Contabilidade aplicada ao setor público. Aspectos patrimoniais: identificação, reconhecimento, mensuração e evidenciação. Brasília: Gestão Pública, 2015.	-	2
Gestão de pessoas no setor público	BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de Pessoas em Organizações Públicas. EDUCS, 2010.	0	30	ARAUJO, Luis; GARCIA Adriana. Gestão de Pessoas: estratégias e integrações organizacionais. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.	2	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	LACOMBE, Francisco José Masset. Recursos Humanos: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2011.	5	25	BRANDÃO. Hugo. Mapeamento de competências: métodos, técnicas e aplicações em Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2012	5	-
	VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2007.	10	20	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas.	11	-
		-	-	DUTRA, Joel Souza et al. Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo: Atlas, 2008.	4	-
		-	-	ROBBINS, Spheven P. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson, 2012.	5	-
Gestão patrimonial e de materiais	DIAS, Marco Aurélio. Administração de Materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Editora Atlas, 2010	13	17	ARNOLD, J.R. Tony. Administração de Materiais: uma introdução. São Paulo: Editora Atlas.	8	-
	POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Editora Atlas, 2010.	18	12	CHING, Hong Yuh. Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada. São Paulo: Editora Atlas, 2010.	4	-
	VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012.	5	25	DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009	12	-
		-	-	FENILI, Renato. Administração de recursos materiais e patrimoniais para concursos: abordagem completa. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.	5	-
		-	-	MARTINS, P. G.; Alt, P. R. C. Administração de Materiais e Recursos patrimoniais. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.	4	-
Pesquisa aplicada a gestão pública	GODOI, Christiane K., SILVA, Anielson B., Bandeira-de-Mello, Rodrigo. Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	3	27	ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à Metodologia do Trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	10	-
	MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. 5ed. Rio de Janeiro, LTC, 2011.	10	20	BOOTH, Waine C. A arte da pesquisa. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.	5	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ed. São Paulo: Atlas, 1999.	20	10	GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas	25	-
		-	-	MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	31	-
		-	-	MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologia de investigação científica p/ ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009.	-	2
Economia brasileira	FEIJÓ, Ricardo. Desenvolvimento Econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.	12	18	DRAIBE. Sônia. Rumos e Metamorfoses. São Paulo: Paz e Terra, 2004.	-	2
	PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. (Org.) . Manual de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	14	16	GIAMBIAGI, Fábio; CASTELAR, Armando. Além da euforia. Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, 2012	-	2
	Souza, Nali de Jesus. Desenvolvimento Economico. 6 ed . São Paulo: Atlas, 2012.	20	10	GIAMBIAGI, Fábio. Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	2	-
		-	-	GREMAUD, Amaury Patrick; SANDOVAL DE VASCONCELLOS, Marco Antonio; Teoneto Jr, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007	5	-
		-	-	SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. 3ed. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 2010.	-	2
Auditoria pública	ATTIE, Willian. Auditoria interna. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.	22	8	BATISTA, Daniel Gerhard. Manual de controle e auditoria com ênfase na gestão de rec. públicos. São Paulo: Saraiva, 2012.	4	-
	LIMA, Diana Vaz de. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	16	14	CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão. São Paulo: Atlas	5	-
	SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de	20	10	DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho	5	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	auditoria pública aprovadas pela INTOSAI. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.			e resultados esperados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
		-	-	PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.	-	2
		-	-	ROCHA, Arlindo Carvalho. Auditoria governamental: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.	5	-
Avaliação de políticas públicas	CANO, Ignacio. Introdução à avaliação de programas sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2006.	-	30	COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.	-	2
	SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas. São Paulo: Editora Cengage, 2016.	-	30	JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. 1. ed. Campinas: Alínea, 2004.	-	2
	SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Editora Cengage, 2014.	22	8	MINAYO, M.C.S. et al. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005	-	2
		-	-	RAMOS, Marília. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. 2009 Artigo, disponível em : http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/11/17-	-	-
		-	-	RICO, Elizabeth Melo Rico (org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 6ª edição. São Paulo: Editora Cortes, 1998.	-	2
Libras	ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. Atividades Ilustradas em Sinais de Libras. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.	10	20	BRITO, Lucinda Ferreira. A Língua Brasileira de Sinais.	-	2
	FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; SARUTA, Flaviana Da Silveira; HONORA, Marcia. Livro Ilustrado de Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.	4	26	CASTRO, Alberto Rainha e CARVALHO, Ilza Silva. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. Brasília: Editora SENAC – DF, 2013	2	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	18	12	FERNANDES, Eulalia. Linguagem e Surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.	-	2
		-	-	SACKS, Oliver. Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos. Tradução Alfredo Barcellos Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.	4	-
		-	-	SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.	3	-
Comportamento organizacional	ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. São Paulo, Prentice Hall, 2005.	23	7	LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Comportamento Organizacional: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006	10	-
	SIQUEIRA, Mirlene Maria. Medidas do comportamento organizacional. São Paulo: Bookman, 2008.	15	15	NEWSTROM, Jonh W. Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho. 12 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008	2	-
	ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed.	15	15	ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do Comportamento Organizacional. 8 ed. São Paulo, Pearson, 2009	5	-
		-	-	ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional: teoria e prática contexto brasileiro. São Paulo: Pearson, 2010.	-	2
		-	-	SIQUEIRA, Mirlene Maria. (Org.). Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014.	-	2
Logística aplicada ao setor público	FIGUEIREDO, Kleber Fossati; FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter (orgs). Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2003.	20	10	BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.	10	-
	LEITE, P. R. Logística Reversa: meio ambiente e competitividade. 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.	5	25	CAIXETA-FILHO, José Vicente Gestão e MARTINS, Ricardo Silveira (orgs). Gestão logística do transporte de cargas. São Paulo: Atlas, 2001.	6	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	NOVAES, Antonio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	20	10	PEREIRA, André Luiz et al. Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2013.	5	-
		-	-	SCHNEIDER, Dan Moche; RIBEIRO, Wladimir Antonio; SALOMONI, Daniel. Orientações básicas para a gestão consorciada de resíduos sólidos. Brasília: IABS, 2013.	2	-
		-	-	TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson, 2005.	3	-
TOTAL DE TÍTULOS		1144	-	TOTAL DE TÍTULOS	631	-
TÍTULOS A SEREM ADQUIRIDOS			1385	TÍTULOS A SEREM ADQUIRIDOS	75	